



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



RELATÓRIO TÉCNICO FINAL

PROJETO DE ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA ASSENTAMENTO CONQUISTA CAMPO GRANDE/MS

CAMPO GRANDE, MS, ABRIL DE 2026



RELATÓRIO TÉCNICO FINAL

PROJETO DE ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA ASSENTAMENTO CONQUISTA CAMPO GRANDE/MS

Relatório técnico final
Aspectos Socioeconômicos
após a etapa de regularização
fundiária/titulação no
Assentamento Conquista,
Campo Grande, MS.

CAMPO GRANDE, MS, ABRIL DE 2026



Projeto de Extensão

"Desenvolvimento de processos inovadores de supervisão ocupacional com o ímpeto de promover ações necessárias à titulação em projetos de assentamento federais do Programa Nacional de Reforma Agrária e de Regularização Fundiária no Estado do Mato Grosso do Sul".

Parceria

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS e Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura - FAPEC.

Equipe Executora do Projeto

Fernando Lopes Nogueira - Advogado, professor do Curso de Direito - Coordenador Jurídico FADIR/UFMS

Tchoya Gardenal Fina do Nascimento - Advogada, professora do Curso de Direito - Coordenadora Geral FADIR/UFMS

Christiane M. Pitaluga - Economista, professora do Curso de Administração - Apoio Técnico à coordenação ESAN/UFMS

Leonardo Francisco F. Neto - Engenheiro Agrônomo, professor do Curso de Ciências Econômicas - Apoio Técnico à coordenação ESAN/UFMS

Loacir Silva - Médico Veterinário, professor do Curso de Medicina Veterinária - Apoio Técnico à coordenação FAMEZ/UFMS

Sandro Fabian Francilio Dornelles - Técnico-Administrativo em Educação - Coordenador Técnico FADIR/UFMS

Devanildo Braz da Silva - Técnico-Administrativo em Educação - Apoio Técnico à coordenação FADIR/UFMS

Ludmar de Barros - Técnico-Administrativo em Educação - Apoio Técnico à coordenação FADIR/UFMS

André Luis Kiyoshi Shimabukuro - Técnico-Administrativo em Educação - Apoio Técnico à coordenação FADIR/UFMS



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Marcio de Aquino - Técnico-Administrativo em Educação - Apoio Técnico à coordenação PROADI/UFMS

Douglas Junior F. de Queiróz - Bolsista do Curso de Engenharia de Produção FAENG/UFMS

Filipe C. Braga - Bolsista do Curso de Direito FADIR/UFMS

Joan Lucas O. Silva - Bolsista do Curso de Medicina FAMED/UFMS

Evelyn T. Siqueira - Bolsista do Curso de Engenharia de Produção FAENG/UFMS

Gabriela R. Q. Pereira - Bolsista do Curso de Ciências Econômicas ESAN/UFMS

Isabella C. Oliveira Souza - Bolsista do Curso de Direito FADIR/UFMS

Lucas C. da Silva - Bolsista do Curso de Ciências Econômicas ESAN/UFMS

Thislaynne Auxiliadora Pinto - Bolsista do Curso de Ciências Econômicas ESAN/UFMS



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ÍNDICE

1.Introdução	6
2. Metodologia	11
3. Resultados	15
4. Considerações Finais	69



1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar no Brasil se apresenta de forma relevante frente à economia rural haja vista sua forte contribuição, tanto para a geração de empregos no meio rural como também pelo fato de produzir alimentos e ainda oportunizar a segurança alimentar e nutricional a todos que dela dependem. Ela está no centro de diversos desafios e oportunidades (Sabourin *et. al*, 2025). Embora haja um amplo reconhecimento da sua importância, os agricultores familiares prosseguem lidando com uma diversidade de entraves seja de ordem econômica, estrutural, política e especialmente de inclusão produtiva.

A reforma agrária no Brasil tem sido uma política pública central para a promoção da justiça social, redução das desigualdades e garantia de acesso à terra para trabalhadores rurais. Com o objetivo de redistribuir terras improdutivas para pequenos agricultores, essa política busca transformar a realidade do campo, proporcionando a esses trabalhadores a possibilidade de uma vida digna e autônoma (Fernandes, 2009; INCRA, 2020). No entanto, a implementação dessa política enfrenta desafios significativos, especialmente em relação à permanência das famílias assentadas.

Em face desta conjuntura complexa e desafiadora, surgem iniciativas por parte do atual Governo Federal que buscam reparar o desmantelamento das políticas públicas agrárias no Brasil. Desta forma, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio de uma parceria inédita junto a algumas Universidades Federais, vem realizando esforços para avançar no processo de regularização fundiária e executar a titulação das terras em vários Projetos de Assentamentos rurais no Brasil.

Dentro deste contexto, este relatório técnico faz parte de um conjunto de produtos desenvolvidos por docentes, servidores técnicos administrativos e estudantes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Destaca-se que a pesquisa é fruto de um Termo de Execução Descentralizada, celebrado entre a UFMS e o INCRA, Superintendência de Mato Grosso do Sul, tendo como objeto o *“Estabelecimento de cooperação técnica por meio de pesquisa aplicada, extensão*



tecnológica e realização de serviços visando desenvolver processos inovadores de supervisão ocupacional, georreferenciamento e certificação no SIGEF dos lotes e perímetros e ações necessárias à titulação em Projetos de Assentamentos Federal do Programa Nacional de Reforma Agrária e de Regularização Fundiária no Estado do Mato Grosso do Sul”.

Neste sentido, este relatório apresenta os resultados da pesquisa realizada junto aos assentados (beneficiários da reforma agrária) moradores do Assentamento Conquista e que obtiveram a titulação de suas terras, considerando o período de 2022 até o momento da realização da coleta de dados. O objetivo da investigação consistiu em levantar/identificar as mudanças ocorridas nas condições de vida, nas formas de produção, comercialização, técnicas de sustentabilidade e renda após o processo de regularização fundiária.

A pesquisa buscou compreender os impactos sociais, econômicos e ambientais da titulação, bem como analisar se a segurança jurídica da posse foi acompanhada de elementos que permitam a manutenção da vida no campo, como o acesso a crédito, assistência técnica e extensão rural e melhorias na qualidade de vida das famílias assentadas pelo Programa Federal de Reforma Agrária.

Abaixo seguem outros dados relativos à criação (Quadro1) e a localização (Figura 1) do Assentamento Conquista, que se encontra dentro dos limites do Município de Campo Grande/MS.

Quadro 1: Informações sobre o Assentamento Conquista

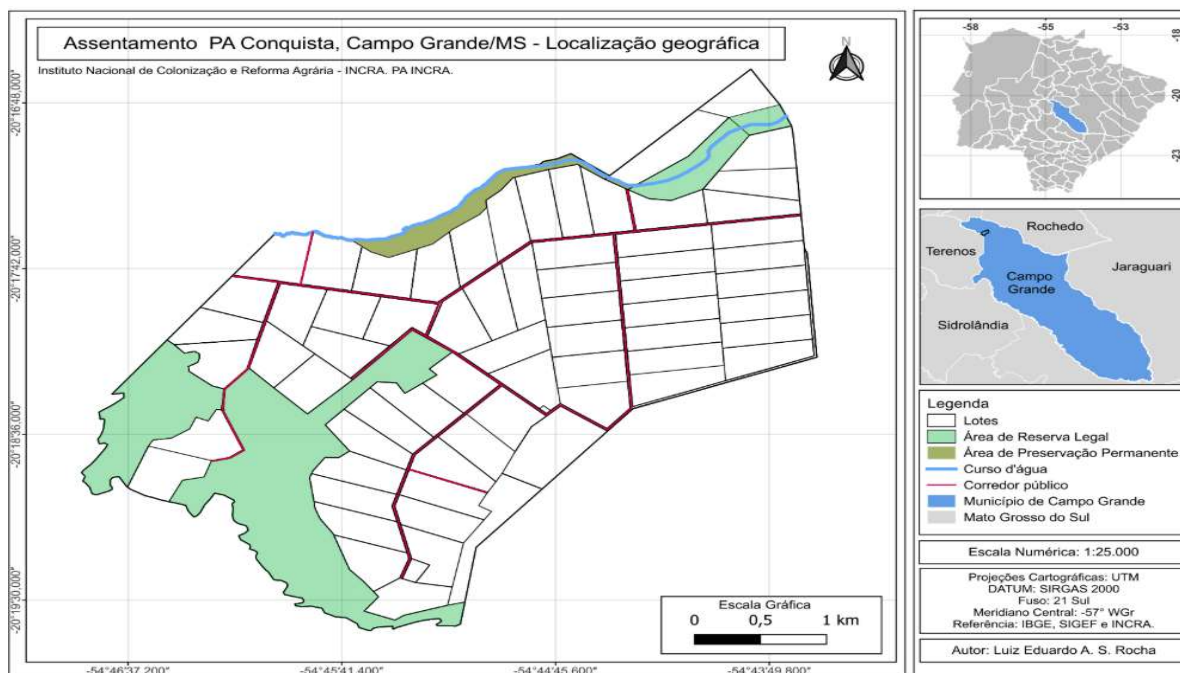
Assentamento Conquista	
Código do Projeto: MS0090000	Ato de Criação:
Nome do Projeto: PA Conquista	Tipo: 1 Nº: 00046 Data: 25/08/1999
Município Sede: Campo Grande	
Área (ha): 1.570,1156	Obtenção
Nº de famílias (capacidade): 67	Forma: Desapropriação Data: 10/12/1998
Famílias Assentadas: 68	
Fase: 06	

Fonte: Incra¹

¹ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Relatório n. 227. Brasília: INCRA, Coordenação-Geral de Criação de



Figura 1: Localização Geográfica Assentamento Conquista



Fonte: Incra (2025).



1.1. Objetivos da Pesquisa de Campo

Avaliar os impactos socioeconômicos, produtivos e ambientais da regularização fundiária no Assentamento Conquista, analisando de que forma a titulação da terra influenciou as condições de vida, a reprodução social, a geração de renda, o acesso a políticas públicas, a dinâmica produtiva e a adoção de práticas sustentáveis pelas famílias beneficiárias da reforma agrária.

1.2. Objetivos Específicos

Regularização fundiária e segurança jurídica

Diagnosticar o status ocupacional e o estágio administrativo de regularização dos lotes, verificando o cumprimento das obrigações legais, como registro, quitação de encargos e liberação de cláusulas, bem como a percepção dos assentados quanto à estabilidade da posse após a titulação.

Perfil das famílias e protagonismo feminino

Caracterizar o perfil sociodemográfico das famílias assentadas, analisando sua composição, estrutura etária, situação ocupacional, participação das mulheres nos processos de produção, gestão, agregação de valor e comercialização, além dos desafios relacionados ao envelhecimento populacional e à sucessão familiar no campo.

Renda, produção, comercialização e infraestrutura patrimonial

Diagnosticar o perfil das atividades produtivas, as fontes de rendimento e os canais de comercialização acessados pelas famílias, verificando se a autonomia sobre a terra contribuiu para a diversificação produtiva, o incremento financeiro, a realização de benfeitorias e a aquisição de máquinas, equipamentos e outros ativos produtivos.

Crédito, financiamento e assistência técnica (ATER)

Investigar o papel da titulação como instrumento de inclusão financeira, identificando o acesso ao crédito rural, as modalidades de financiamento utilizadas, as principais barreiras à bancarização e a efetividade da assistência técnica e extensão rural como suporte à produção, à gestão e ao desenvolvimento das unidades familiares.



Redes de Cooperação, Sustentabilidade e Tecnologias

Analisar a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, o uso de insumos, a participação em redes de cooperação, associações ou formas coletivas de organização, o acesso a capacitações, e o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como estratégia de modernização da comercialização e aproximação com os consumidores.

Condições de Moradia, Saneamento e Padrão de Consumo

Mapear as condições de habitabilidade e saneamento básico nos lotes, identificando a qualidade das moradias, o acesso à água, as instalações sanitárias, as melhorias habitacionais realizadas e as mudanças no padrão de consumo de alimentos, bens e serviços essenciais após a titulação da terra.



2. METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa de campo de natureza exploratório-descritiva, com abordagem mista (quantitativa e qualitativa), voltada à análise do perfil socioeconômico e produtivo das famílias no Projeto de Assentamento Conquista, localizado no estado de Mato Grosso do Sul.

O delineamento metodológico foi estruturado com o objetivo de diagnosticar as condições de vida e as dinâmicas produtivas dos assentados, considerando aspectos relacionados à produção, à comercialização, ao acesso a políticas públicas, à infraestrutura local e às mudanças ocorridas após a titulação da terra.

Em consonância com os objetivos da investigação optou-se pela realização de um levantamento de campo delineado como survey exploratório-descritivo, fundamentado na abordagem de Forza (2002). Esse procedimento metodológico baseia-se na coleta de dados primários junto à população-alvo, por meio da aplicação de questionário estruturado, composto por questões objetivas e abertas, direcionado aos representantes das unidades familiares tituladas.

O instrumento de coleta foi elaborado para diagnosticar, de forma sistemática, os sistemas produtivos, o acesso ao crédito rural, as estratégias de comercialização e a adoção de práticas sustentáveis, as condições de moradia e saneamento, bem como as transformações nos padrões de consumo e na qualidade de vida das famílias. Dessa forma, a pesquisa buscou construir um diagnóstico multidimensional da realidade do assentamento, permitindo compreender os efeitos da regularização fundiária em diferentes dimensões da vida social, produtiva e econômica dos beneficiários.

A população desta pesquisa é composta por agricultores familiares que receberam títulos no assentamento. Segundo dados do INCRA, à época da aplicação dos questionários havia um total de 68 famílias de assentados em processo de regularização fundiária, deste total 51 famílias receberam o título no ano de 2022.

O cálculo do tamanho da amostra foi realizado considerando as especificidades do assentamento em estudo, onde a população é finita e os recursos



(tempo e acesso a participantes) são frequentemente limitados. Para tanto, adotou-se uma margem de erro de 10% e um nível de confiança de 95%, com proporção conservadora de 50% ($p=0,5$), conforme recomendado para estudos exploratórios ou quando não há informações prévias sobre a variabilidade do fenômeno investigado (Creswell, 2014).

A margem de erro de 10% foi escolhida por equilibrar precisão estatística e viabilidade operacional, sobretudo por se tratar de uma pesquisa de campo em um contexto rural, com restrições de acesso e disponibilidade dos respondentes (Saunders *et al.*, 2019). Procedendo aos cálculos chegou-se a uma amostragem de 32 instrumentos que foram aplicados aos representantes das unidades familiares tituladas residentes no assentamento entre os dias 26 a 28 de agosto de 2024, durante visitas de campo.

2.1. Universo e amostra

O universo da pesquisa compreendeu as famílias assentadas do Projeto de Assentamento que receberam a titulação da terra.

A amostra foi composta por beneficiários selecionados de forma intencional, considerando critérios como diversidade de perfil socioeconômico, localização no assentamento, tempo de residência e disponibilidade para participação na pesquisa.

Essa estratégia permitiu captar diferentes realidades presentes no território, contribuindo para uma leitura mais abrangente das condições de vida e produção das famílias tituladas.

2.2. Instrumentos de coleta

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionários estruturados, compostos por perguntas fechadas e abertas. O instrumento foi organizado em blocos temáticos correspondentes aos objetivos específicos da pesquisa, permitindo levantar informações sobre regularização fundiária, perfil familiar, produção, renda, comercialização, crédito rural, assistência técnica,



sustentabilidade, cooperação, tecnologias de informação, moradia, saneamento e padrão de consumo.

As entrevistas foram realizadas presencialmente por equipe de campo previamente orientada, assegurando o sigilo das informações, o respeito aos participantes e o consentimento dos entrevistados.

2.3. Eixos temáticos investigados

A análise dos resultados foi organizada em seis eixos temáticos integrados, estruturados para responder aos objetivos específicos desta pesquisa. Essa estrutura permitiu uma compreensão multidimensional dos impactos da titulação da terra sobre as famílias assentadas.

O questionário utilizado foi elaborado a partir de modelos utilizados por pesquisas anteriores em assentamentos rurais (Silva *et al.*, 2023; Oliveira *et al.*, 2022), contemplando os seguintes eixos temáticos:

I. Regularização fundiária e segurança jurídica: diagnóstico do estágio administrativo dos lotes e da percepção das famílias quanto à estabilidade proporcionada pela posse titulada.

II. Estrutura social, protagonismo feminino e desafios geracionais: análise da composição familiar, da estrutura etária, da participação das mulheres nas atividades produtivas e comerciais e dos desafios do envelhecimento populacional e à sucessão familiar.

III. Matriz produtiva, comercialização e investimento patrimonial: avaliação das fontes de renda das atividades produtivas, dos canais de comercialização e da capacidade de reinvestimento das famílias em benfeitorias, máquinas, equipamentos e melhorias patrimoniais.

IV. Inclusão financeira e fortalecimento técnico (ATER): investigação do acesso ao crédito rural, das modalidades de financiamento utilizadas, dos entraves à bancarização e da efetividade da assistência técnica e extensão rural como suporte à produção.



V. Sustentabilidade, cooperação e tecnologias de informação: exame das práticas agroecológicas, do uso de insumos, das redes de cooperação, da participação em capacitações e da utilização de tecnologias de informação e comunicação nas estratégias de comercialização.

VI. Qualidade de vida: *habitat*, saneamento e padrão de consumo: mapeamento das condições físicas de moradia, do acesso à água e ao saneamento básico, bem como das mudanças no consumo de bens, alimentos e serviços essenciais após a titulação.

2.4. Tratamento dos Dados

Os dados coletados foram organizados em planilhas eletrônicas e tratados por meio de estatística descritiva, com a utilização de frequências absolutas e relativas. Também foram elaboradas representações gráficas e tabelas com o objetivo de facilitar a visualização dos principais resultados e apoiar a análise comparativa entre os diferentes eixos investigados.

A opção por uma abordagem quantitativa, complementada por elementos qualitativos obtidos nas respostas abertas e observações de campo, buscou garantir maior objetividade e comparabilidade e profundidade interpretativa. Dessa forma, os resultados fornecem uma base empírica consistente para orientar políticas públicas mais adequadas à realidade local e contribuir para o debate sobre os efeitos da titulação no contexto da reforma agrária brasileira.



3. RESULTADOS

A agricultura familiar no Brasil se apresenta, frente à economia rural, como de grande relevância, haja vista sua forte contribuição tanto para a geração de empregos no meio rural, como também pelo fato de produzir alimentos e ainda oportunizar a segurança alimentar e nutricional a todos que dela dependem. Ela está no centro de diversos desafios e oportunidades (Sabourin *et. al*, 2025). Embora haja um amplo reconhecimento da sua importância, os agricultores familiares prosseguem lidando com uma diversidade de entraves seja de ordem econômica, estrutural, política e até ambiental.

Em face desta conjuntura complexa e desafiadora, surgem iniciativas por parte do atual Governo Federal que buscam reparar o desmantelamento das políticas públicas agrárias no Brasil. Desta forma, o INCRA, por meio de uma parceria inédita junto a algumas Universidades Federais, vem realizando esforços para avançar no processo de regularização fundiária e executar a titulação das terras em diferentes Projetos de Assentamentos rurais no Brasil (Pitaluga e Figueiredo, 2025).

Dentro deste contexto, a seguir serão apresentados os resultados da pesquisa conduzida no Assentamento Conquista, estabelecido no ano de 1999, por meio de ação do Governo Federal. O Assentamento está localizado no município de Campo Grande, MS, na região Centro Oeste do Brasil, onde predomina o bioma Cerrado.

Destaca-se que este conjunto de resultados permitirá uma melhor e mais adequada compreensão no que tange os impactos da regularização fundiária, na organização socioeconômica dos assentados, bem como sobre as ações desenvolvidas pelas famílias de produtores de pequeno porte para garantirem sua permanência no campo, pautada na inclusão socioproductiva, geração de renda, soberania e segurança alimentar e nutricional.

O relatório oferece importantes subsídios para a formulação de novas estratégias e/ou políticas públicas mais eficazes e adaptadas à realidade dos



assentamentos rurais, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar, para a valorização do trabalho no campo e a efetivação do papel social da terra.

3.1 Regularização Fundiária e Segurança Jurídica

Este eixo examina o estágio de regularização documental dos lotes e a percepção das famílias quanto à segurança jurídica após a titulação. Mais do que registrar etapas burocráticas, a análise busca compreender em que medida o título alterou a relação dos assentados com a terra, influenciando sua confiança, seu planejamento produtivo e sua disposição para investir no lote.

A titulação das terras representa um marco importante para a autonomia das famílias assentadas. Ela fortalece o sentimento de pertencimento, reduz incertezas sobre a permanência no território e cria condições para que o lote seja percebido como patrimônio familiar. No entanto, os dados mostram que a conclusão definitiva do processo ainda enfrenta obstáculos, especialmente ligados à quitação de débitos, à emissão ou pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU), à liberação de cláusulas resolutivas e à escrituração final dos lotes (Tabela 1).

Neste sentido, considerando a criação do Assentamento Conquista no ano de 1999, com a finalidade de proporcionar condições dignas de vida e trabalho para famílias sem-terra, o assentamento passou por um processo de titulação que visa garantir a propriedade das terras aos assentados. No entanto, como ocorre em muitos assentamentos rurais no país, os desafios persistem especialmente no que tange as etapas deste processo. A seguir a Tabela 1 demonstra esta realidade.



Tabela1: Etapas do processo de regularização fundiária

Etapas do processo	Quantidade
Ainda não adotou nenhuma providência após receber o título definitivo	9
Título registrado em cartório, somente	0
Título registrado em cartório, com GRU emitida, mas não paga	3
Título registrado em cartório, com GRU emitida e paga integralmente (quitada)	1
Título registrado em cartório, com GRU emitida e em fase de pagamento parcelado	3
Título em processo de liberação de cláusula resolutiva	2
Título com cláusula resolutiva liberada	3
Lote escriturado	11

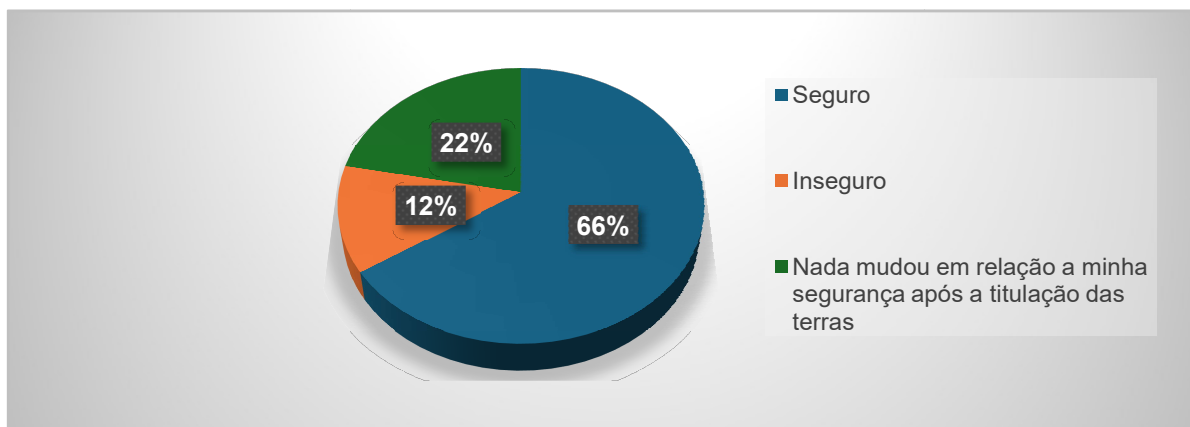
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A pesquisa revelou que a titulação das terras no Assentamento Conquista representa um passo fundamental para a segurança jurídica e para a autonomia dos agricultores familiares assentados. No entanto, a regularização completa do processo de titulação ainda apresenta desafios em termos de quitação das dívidas e resolução de pendências administrativas.

Contudo, quando questionados sobre as respectivas percepções sobre segurança jurídica após a titulação de seus lotes, a maioria declarou sentir-se seguro, apenas um pequeno grupo declarou ainda se sentir inseguro diante da atual condição vivida, conforme Gráfico 1 a seguir. Este é um ponto positivo para os assentados, pois a deflagração de um sentimento de segurança impulsiona o desenvolvimento de novas atividades produtivas, estimula as práticas vigentes além de disseminar um ambiente amistoso, solidário e de cooperação entre os assentados.



Gráfico 1: Percepção sobre segurança jurídica



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

3.2 Estrutura Social, protagonismo feminino e desafios geracionais

Este eixo analisa a composição das famílias, a distribuição etária, a participação das mulheres e os desafios geracionais que condicionam a permanência no campo. Os dados revelam uma estrutura familiar reduzida, com predominância de núcleos pequenos e população em fase madura, o que traz implicações diretas para a força de trabalho disponível, a sucessão familiar e a continuidade das atividades produtivas.

No que se referem à estrutura familiar, as 32 famílias pesquisadas no Assentamento Conquista reúnem um total de 88 pessoas, com uma média de 2,75 membros por família. Este número é ligeiramente inferior à média nacional de 2,79 pessoas por domicílio, conforme apontado pelo Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Tabela 2: Número de membros por unidade familiar

Tamanho da família	Número de famílias	%
1 membro	7	22%
2 membros	6	19%
3 membros	11	34%
4 membros	5	16%
5 membros	2	6%
6 membros	1	3%

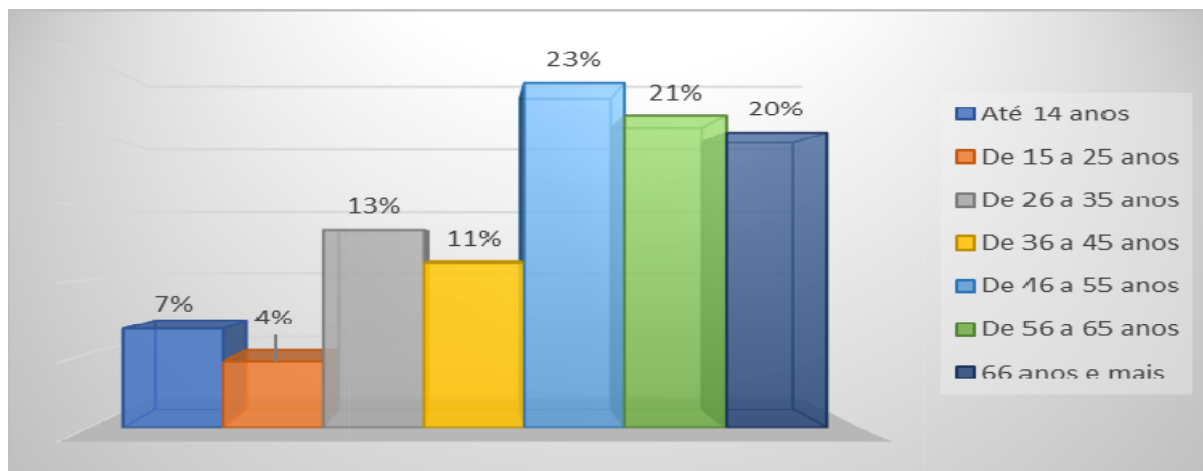
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Consoante à composição etária, o assentamento revela um predomínio de beneficiários na faixa de 46 a 55 anos, representando 23% da amostra. Adicionalmente, observa-se um contingente expressivo de assentados com mais de 55 anos, que correspondem a 20% do total. Os resultados são consistentes com os dados do Censo Agropecuário de 2017, que indicam uma não só uma concentração de produtores com idade entre 45 a 54 anos na agricultura familiar, como um na participação de idosos de 65 anos ou mais, no qual atingiu 21,41%, porcentagem semelhante ao observado no Assentamento Conquista.

Neste sentido surge um desafio de ordem social, que também é comum em outros assentamentos: envelhecimento da população rural. Mas apesar disso, o assentamento também apresenta um público mais jovem; as faixas etárias de 26 a 35 anos e de 36 a 45 anos, somadas, correspondem a 24% da amostra, conforme verificados no Gráfico 2 a seguir. A presença desses indivíduos é fundamental para a garantia da sucessão familiar no campo e para a continuidade do trabalho com vista à promoção do desenvolvimento produtivo local.



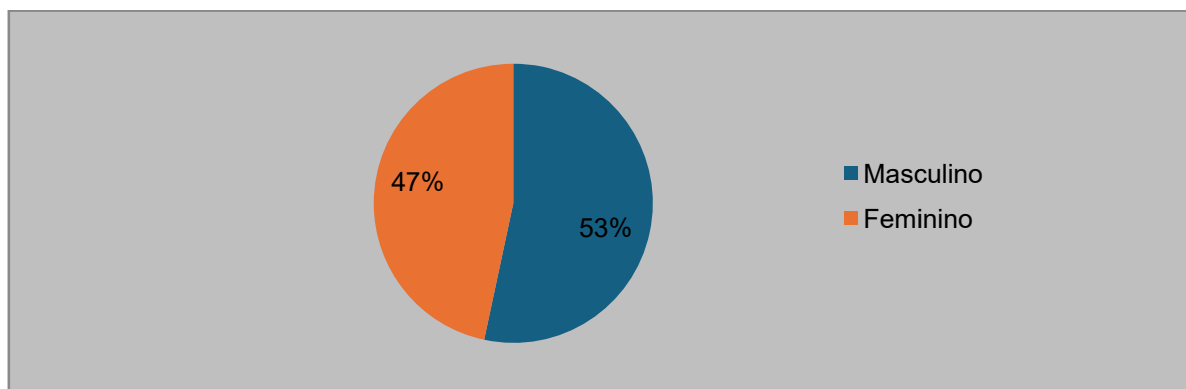
Gráfico 2: Distribuição Etária



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quanto à composição de gênero, os dados revelam uma distribuição entre homens e mulheres equilibrada, com uma discreta predominância masculina (48 homens e 42 mulheres), conforme demonstrado no Gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3: Composição por gênero



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Esse equilíbrio corrobora a importância das mulheres como participantes ativas das atividades rurais, especialmente em processos produtivos, organização e gestão doméstica e até mesmo na etapa de comercialização dos produtos.

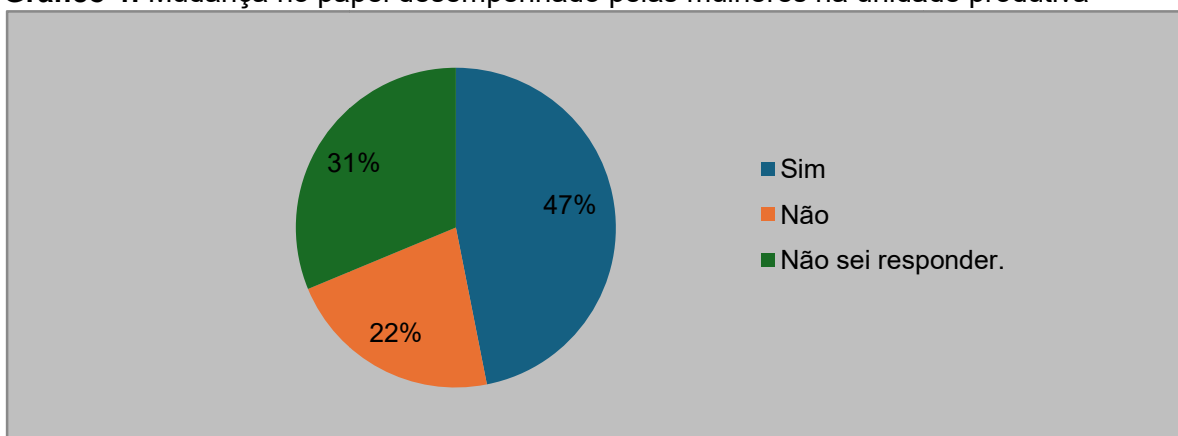
Já com relação ao protagonismo feminino, o papel das mulheres na produção e comercialização surge como elemento relevante, apontando mudanças no protagonismo feminino dentro dos assentamentos, tanto no trabalho produtivo



quanto na gestão e comercialização. Essa dimensão reforça a necessidade de compreender a Reforma Agrária também como espaço de reorganização das relações sociais, ampliando a participação das mulheres em atividades tradicionalmente centralizadas nos homens.

O desempenho das atividades das mulheres na produção e comercialização apresenta evolução: 47% dos respondentes identificaram mudanças positivas, evidenciando maior participação feminina nas atividades produtivas e decisórias, conforme observado no Gráfico 4 a seguir. Esse avanço é coerente com políticas públicas voltadas para as mulheres no campo, como a prioridade da titulação das propriedades em nome das mulheres² articulada por entes estatais, com objetivo de garantir a segurança familiar, reduzir a desigualdade no campo e fortalecer a independência econômica das mulheres.

Gráfico 4: Mudança no papel desempenhado pelas mulheres na unidade produtiva



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Ainda sobre os dados levantados, esse resultado também pode ser interpretado como reflexo de outros projetos específicos para esse grupo, como o Crédito Instalação na modalidade Fomento Mulher, que disponibiliza recursos diretamente às beneficiárias para apoiar projetos produtivos, fomentar autonomia econômica e ampliar sua participação nas atividades de produção, beneficiamento e

² AGÊNCIA SENADO. **Prioridade a agricultoras familiares na titulação de terras é aprovada pela CDH.** Senado Notícias, 17 set. 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/09/17/prioridade-a-agricultoras-familiares-na-titulacao-de-terras-e-aprovada-pela-cdh>. Acesso em: 27 out.



comercialização. Regulamentado pelo Decreto nº 11.586/2023, esse crédito permite a implementação de projetos sob a responsabilidade das mulheres assentadas, com valor de até R\$ 8.000,00 por unidade familiar, fortalecendo seu papéis como protagonistas na dinâmica produtiva e comercial da Reforma Agrária.³

Muito embora historicamente haja uma baixa visibilidade do trabalho das mulheres no campo, segundo Brito, Leite e Chacon (2021), no contexto rural brasileiro são as mulheres as responsáveis pelos cuidados com as hortas domésticas, por meio dos chamados quintais produtivos, pelo trabalho nas roças, pelo preparo da alimentação de suas famílias e especialmente pela manutenção dos saberes e práticas ancestrais, além de destinarem um tempo para a comercialização e trocas de produtos, promovendo uma movimentação e dinamismo nas economias locais.

3.2.1 Situação Ocupacional

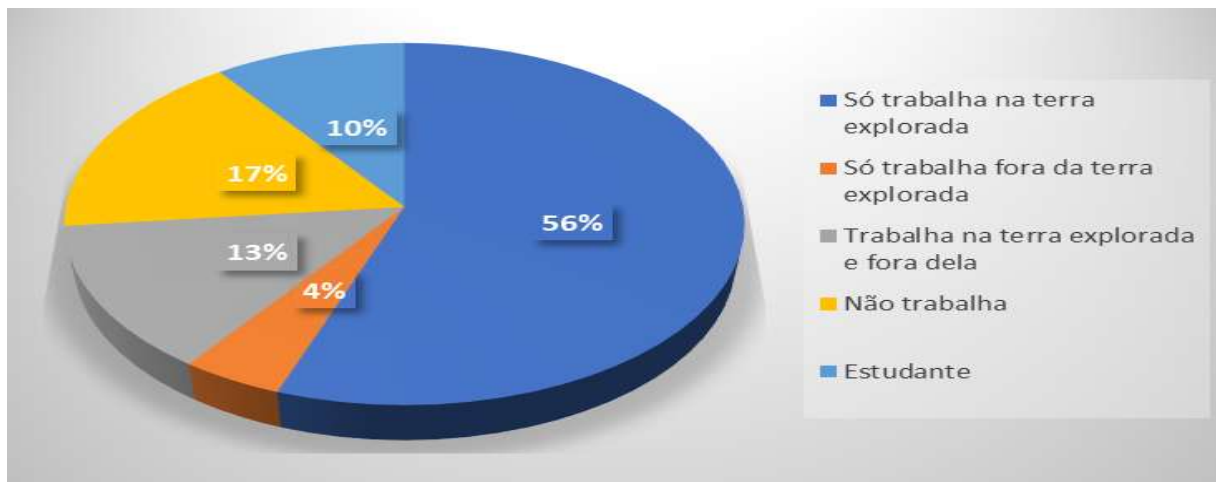
No que tange à situação ocupacional, a análise revela que o lote de terra constitui o principal eixo de trabalho para a maioria das famílias. Verificou-se que 56% dos membros possuem um vínculo de trabalho ligado diretamente à área em processo de regularização.

Além disso, o número de pessoas que declararam não trabalhar também é significativo, representando 17% dos indivíduos. Evidencia-se, contudo, uma forte correlação entre inatividade laboral e idade avançada, pois 73% dos indivíduos que não trabalham possuem mais de 62 anos. Por fim, 13% trabalham dentro e fora da terra, conforme demonstrado no Gráfico 5 a seguir.

³ BRASIL. Decreto nº 11.586, de 7 de junho de 2023. **Regulamenta a concessão de créditos de instalação aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA e a liquidação e a renegociação das dívidas relativas aos créditos de instalação concedidos no período de 10 de outubro de 1985 a 27 de dezembro de 2013.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 jun. 2023.



Gráfico 5: Situação Ocupacional



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

De forma geral, o perfil ocupacional revela um assentamento fortemente agrícola, com famílias pequenas, força de trabalho envelhecida e dependência significativa da produção primária. Esse conjunto de características exige políticas públicas voltadas à mecanização acessível, assistência técnica continuada, capacitação e criação de oportunidades para jovens e mulheres.

3.3 Matriz produtiva, Comercialização e Infraestrutura Patrimonial

Este eixo avalia o vigor econômico das unidades produtivas e a capacidade das famílias de transformar a segurança jurídica da terra em geração de renda, investimento patrimonial e inserção nos mercados. A análise considera as fontes de renda, a exploração da área regularizada, a diversificação produtiva, os equipamentos adquiridos, as benfeitorias existentes e os canais de comercialização.

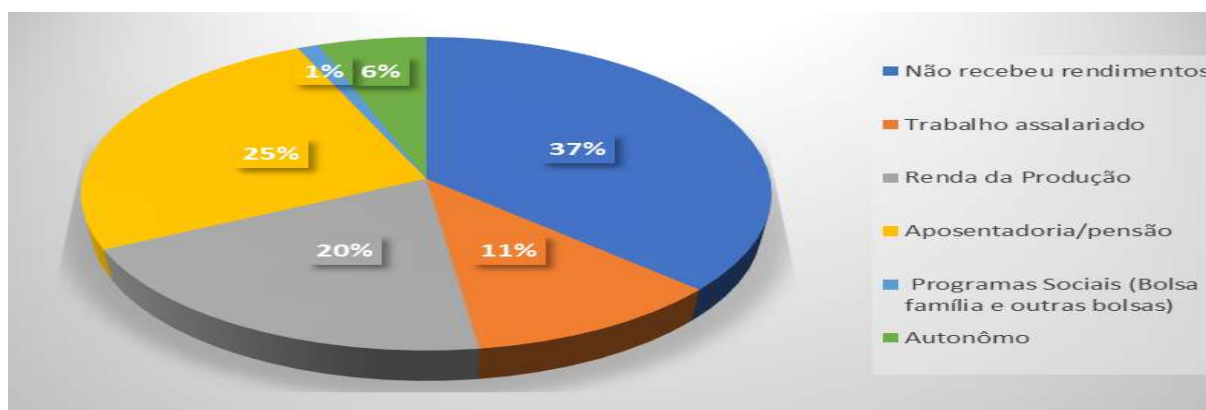
A análise das fontes de renda revela uma diversidade de estratégias para a reprodução econômica das famílias. Uma parcela expressiva (37%) declarou não ter recebido rendimentos no período analisado, conforme Gráfico 6 a seguir.

Para 25% dos assentados, a principal fonte de renda provém de aposentadorias e pensões, seguida pela renda da própria produção (20%), trabalho assalariado (11%) e trabalho autônomo (6%). Este percentual que declarou não ter renda revela-se como preocupante, uma vez que implica em uma forte dependência



de doações e/ou inclusão em algum Programa emergencial de transferência de renda, além de revelar um desalento em relação à inclusão socioprodutiva.

Gráfico 6: Principais fontes de renda



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A relevância das fontes de renda externas ao lote, como benefícios previdenciários e trabalho assalariado, corrobora as conclusões de Leite *et al.* (2004), que destacam a importância dessas estratégias para a composição da renda familiar. Destaca-se que a renda previdenciária, em particular, assume um papel fundamental, muitas vezes sendo utilizada para custear e manter a atividade produtiva, conforme apontado acima.

3.3.1 Produção

A segurança jurídica trata-se de um elemento decisivo e fundamental para motivar e impulsionar os agricultores assentados a continuarem a produzir assim como também planejar uma expansão da sua produção nos assentamentos rurais. Esta situação é advinda da regularização fundiária, que altera o status de “posse precária” para “propriedade segura”, oportunizando maior confiança para investimentos em um horizonte de tempo de médio e longo prazo.

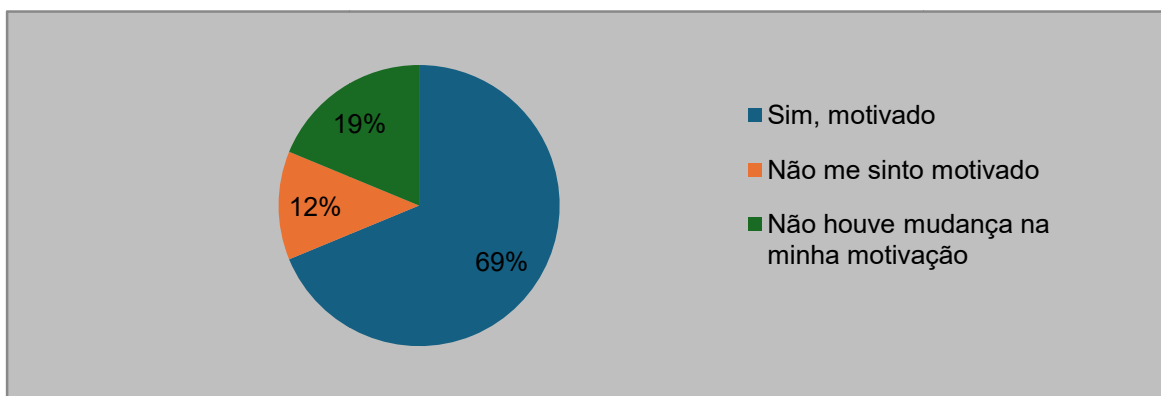
Neste sentido, no Assentamento Conquista esta é uma realidade que pode ser confirmada. Ou seja, a maioria declarou se sentir mais motivado a produzir após a titulação dos seus lotes. Somente uma quantidade reduzida, na ordem de um terço



(1/3) declarou que não sente motivada ou que não houve alterações nesta percepção, conforme observados no Gráfico 7 a seguir.

Logo, é possível afirmar que a regularização fundiária colabora com a estabilidade e aumento da produtividade, uma vez que motiva uma transição de agricultura de subsistência para uma produção com vista a ampliar o acesso a novos mercados alimentares, resultando em maior diversidade e segurança alimentar no campo.

Gráfico 7: Percepção dos produtores sobre a motivação para produzir



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

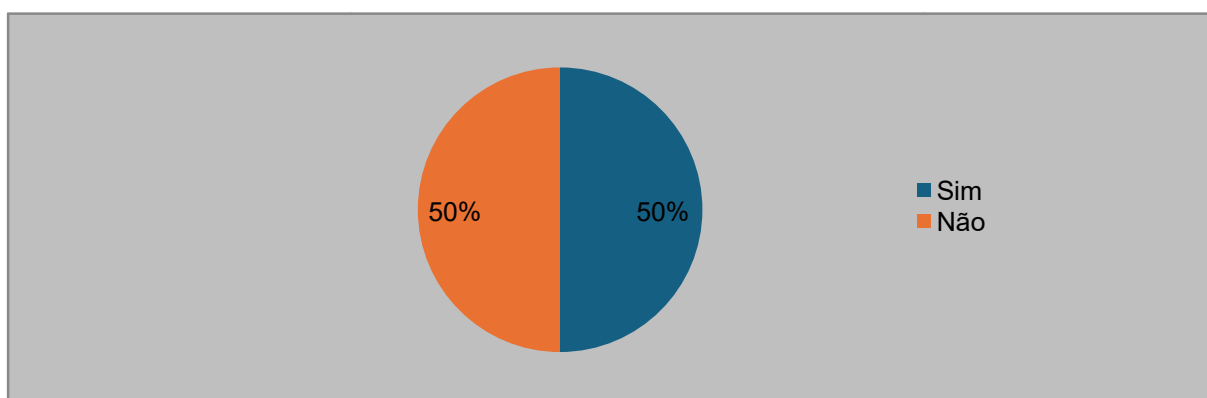
A respeito da produção nos lotes da reforma agrária entende-se se tratar de um elemento decisivo tanto para a subsistência das famílias assentadas, como também pode ser compreendida como motor de desenvolvimento socioeconômico e principalmente como mecanismo garantidor de segurança alimentar para os assentados. A produção em áreas de reforma agrária significa a materialização da política de acesso à terra, a qual transforma solos, muitas vezes pobres, em novas oportunidades para a geração de emprego e alimentos, respeitando a soberania alimentar.

Assim, a efetividade da reforma agrária não se encerra na titulação da terra; ela se confirma na capacidade das famílias de transformar o lote em uma unidade produtiva. Já com relação à área explorada, a pesquisa revelou a existência de um equilíbrio entre aqueles que declararam ter explorado a terra e aqueles que não exploraram, conforme observado no Gráfico 8 a seguir.



Essa subutilização da terra pode estar associada diversos fatores, dentre eles destacam-se: falta de apoio técnico e logístico; condições climáticas adversas e insegurança tanto jurídica quanto ao retorno financeiro das atividades.

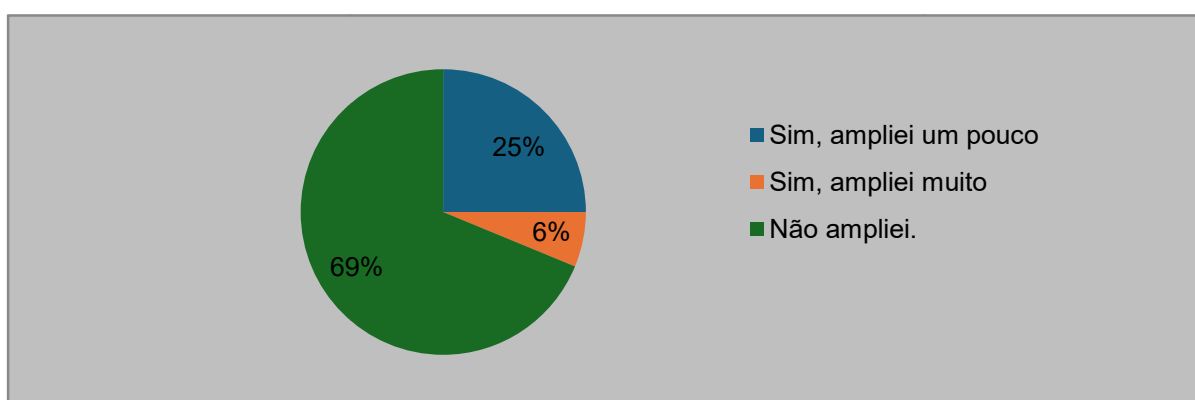
Gráfico 8: Exploração da área regularizada



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A ampliação da área produtiva foi registrada em apenas 31% das famílias, enquanto 69% afirmaram não ter aumentado sua escala produtiva, como apontado no Gráfico 9 a seguir. Esse resultado reflete tanto a restrição de recursos financeiros e técnicos quanto à ausência de políticas de incentivo direcionadas à modernização agrícola.

Gráfico 9: Ampliação da área produtiva



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os dados acima indicam a importância das ações e políticas tanto de assistência técnica e extensão rural como também políticas de financiamento e de

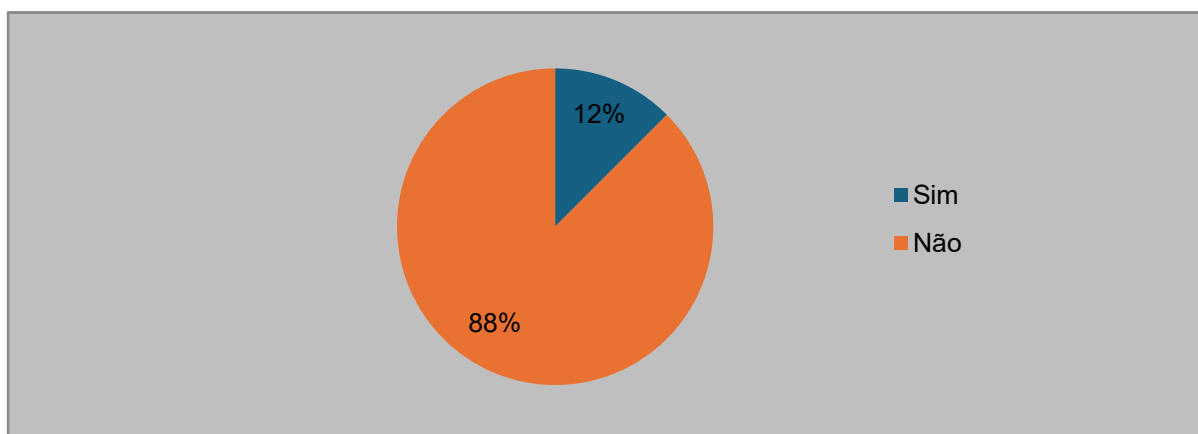


acesso ao crédito agrícola. Estas políticas são fundamentais para alavancar e fortalecer a produção e a comercialização nos assentamentos.

No que se refere à diversificação da produção, apenas 12% dos assentados afirmaram ter diversificado suas atividades após a titulação, enquanto 88% mantiveram o mesmo padrão produtivo, conforme Gráfico 10 a seguir. A titulação da terra é frequentemente esperada como um catalisador para a inovação e diversificação no campo. No entanto, a transição para sistemas produtivos mais variados exige não apenas segurança jurídica, mas também disponibilidade de mão-de-obra, acesso a novos mercados e suporte técnico contínuo.

Esse é um importante resultado a ser avaliado e discutido pelos atores governamentais, pois demonstra que, mesmo após a titulação, a diversificação produtiva ainda é restrita e limitada, o que pode estar relacionado a um conjunto de fatores, entre eles: ausência de assistência técnica contínua, acesso restrito a crédito, infraestrutura precária e dependência econômica de cultivos tradicionais. Ou seja, mais uma vez os dados corroboram a realidade permeada de desafios e entraves vivenciados pelos assentados.

Gráfico 10: Diversificação da produção



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A maior parcela dos produtores ativos (28 famílias) optou por não diversificar a produção após a titulação. Esse comportamento sugere uma especialização nos cultivos e criações já consolidados (como tubérculos, avicultura e pecuária), priorizando a segurança do que já é dominado tecnicamente. Isto denota uma

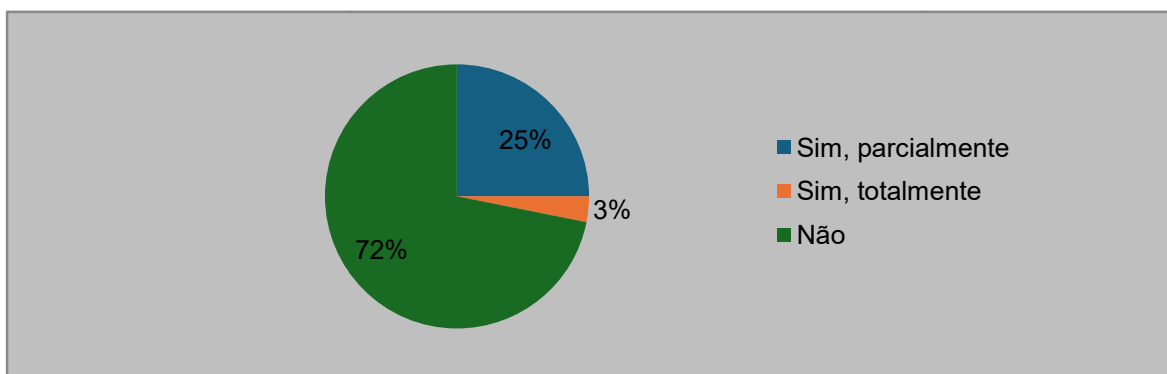


postura de aversão ao risco, na qual se prioriza a segurança econômica de atividades dominadas tecnicamente em detrimento da experimentação de novos cultivos que demandariam novos aprendizados e investimentos.

A prática de arrendamento da terra em assentamentos de reforma agrária é um indicador importante da gestão dos recursos produtivos e da fixação das famílias. Enquanto o arrendamento pode ser uma fonte de renda passiva, a sua alta incidência pode indicar desinteresse na produção própria ou dificuldades de manejo.

A pesquisa revelou que apenas 1 família entrevistada, o que corresponde a 3%, revelou que arrendou totalmente suas terras, 12% admitiu arrendar parcialmente suas terras. Normalmente, segundo relato dos assentados, estes arrendamentos são para o cultivo de soja. Contudo, a maioria, composta por 72% das famílias declararam não arrendar suas terras. A informação pode ser observada no Gráfico 11 abaixo.

Gráfico 11: Arrendamento da área regularizada



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Portanto, os dados revelaram que mesmo diante de inúmeras adversidades, desafios e ainda a completa regularização dos seus lotes, os assentados se mostram aguerridos e determinados a permanecerem em seus lotes e acreditando no potencial de suas terras para a produção.

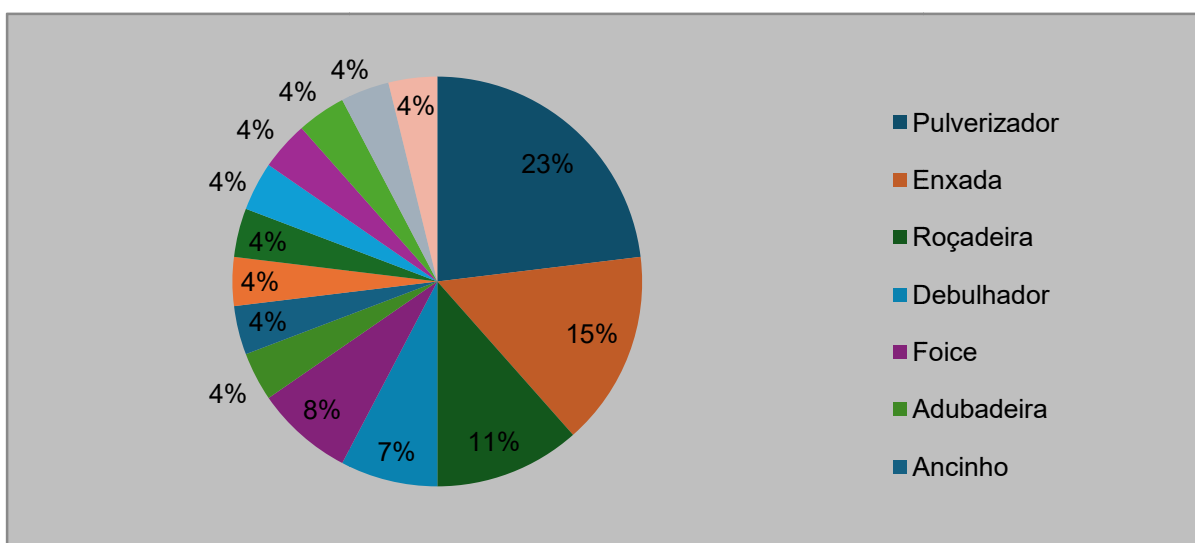


3.3.2 Equipamentos adquiridos e Produção animal e agrícola

A titulação da terra frequentemente atua como um gatilho para a consolidação do patrimônio construído, uma vez que a segurança jurídica da posse reduz o risco percebido de investimentos em bens imóveis. No entanto, o volume de intervenções físicas nas residências após a entrega dos títulos é influenciado pela maturidade prévia das construções e pela disponibilidade de capital das famílias.

Embora tenha ocorrido ampliação das benfeitorias produtivas após a regularização fundiária, essa tendência não se refletiu na aquisição de máquinas e equipamentos. Constatou-se que 84% dos entrevistados não adquiriram máquinas ou equipamentos manuais ou de tração animal. Entre aqueles que os 16% (cinco beneficiários) que relataram aquisições, destacam-se o pulverizador, a enxada e a roçadeira, conforme Gráfico 12 a seguir.

Gráfico 12: Máquinas e equipamentos manuais ou de tração animal adquiridos



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em complemento a este aspecto, o Gráfico 13 a seguir apresenta dados que reforçam esta condição, ou seja, 88% não adquiriram equipamentos mecânicos ou motorizados após a titulação. Apenas 12% revelam que fizeram a aquisição de máquinas e equipamentos mecânicos ou de tração mecânica, sendo caminhonete (9%) e ao trator (3%).



Em síntese, a baixa taxa de aquisição de capital fixo reflete limitações financeiras das famílias e sugere que a produção continua a depender predominantemente do trabalho manual, o que pode impactar negativamente a escala de produção e a capacidade competitiva do assentamento.

A modernização da agricultura e o aumento da escala de produção dependem diretamente do investimento em capital fixo, notadamente em equipamentos e máquinas mecanizadas. A limitação no acesso a equipamentos de produção é ainda mais crítica no que se refere a máquinas e equipamentos mecânicos (tratores, implementos motorizados, etc.). Os resultados demonstram uma ampla restrição.

Gráfico 13: Máquinas e equipamentos mecânicos adquiridos



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A mecanização agrícola é essencial para automatizar processos, elevar a eficiência e reduzir custos, além de contribuir para a modernização e a competitividade do setor. Nesse sentido, os resultados indicam que, apesar do avanço nas benfeitorias físicas, não houve incremento significativo na mecanização ou no nível tecnológico dos equipamentos utilizados. A limitação no acesso a essas ferramentas pode comprometer a eficiência produtiva, a competitividade econômica e a sustentabilidade do assentamento. Este fato revela uma baixa ou mesmo uma ausência de planejamento produtivo dos lotes e também a dificuldade de acesso a recursos tecnológicos e financeiros.

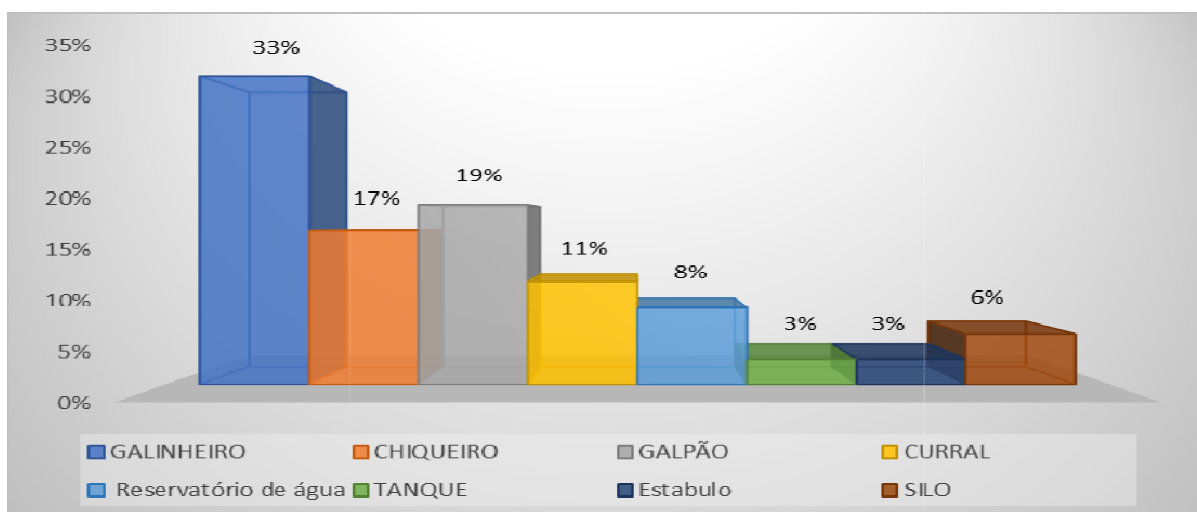


3.3.3 Benfeitorias

A análise das benfeitorias produtivas revela uma infraestrutura ainda em desenvolvimento. As instalações mais comuns são as destinadas a pequenas criações, como galinheiro (33%) e chiqueiro (17%), seguidos por estruturas de armazenamento, como galpão (19%). Estruturas voltadas para a pecuária de maior porte, como curral (11%), e para a produção, como silo (3%), são menos frequentes. Neste sentido, entende-se que os assentados ainda desenvolvem atividades de baixo valor agregado e com estruturas simples, não exigindo conhecimentos técnicos aprimorados para o desempenho das atividades, de acordo com o Gráfico 14 a seguir.

Um aspecto fundamental revelado pela pesquisa é que 20% das casas e 32% das demais benfeitorias foram construídas ou reformadas após o processo de titulação da terra, indicando não apenas um impacto positivo, mas especialmente melhorias nas condições de habitação e infraestrutura física dos lotes a partir da titulação sobre os investimentos no lote.

Gráfico 14: Benfeitorias existentes



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

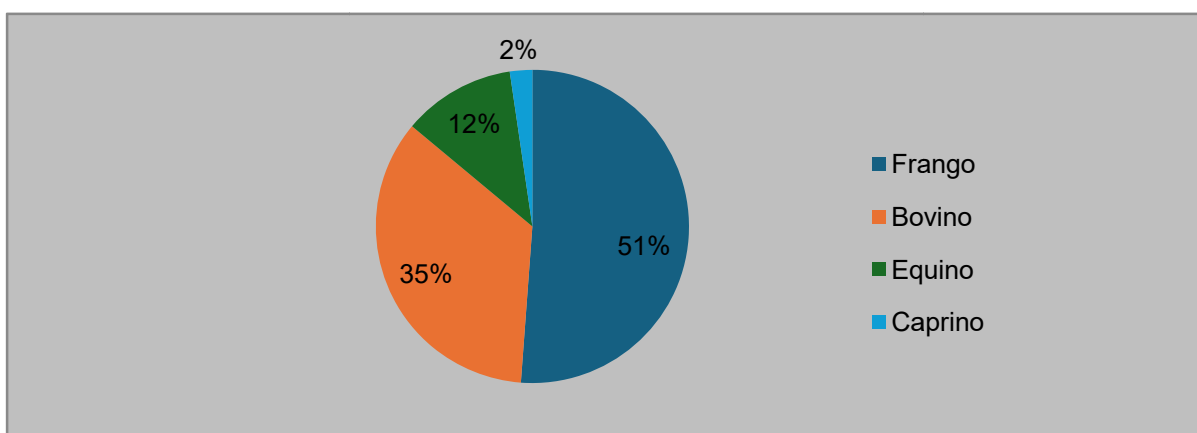


3.3.4 Produção animal

A produção zootécnica em assentamentos rurais é fundamental tanto para a segurança alimentar familiar quanto para a diversificação de pequenas fontes de renda. A análise detalhada da composição animal permite identificar as prioridades e a escala das atividades pecuárias no lote. A composição da produção zootécnica no assentamento é caracterizada pela predominância de animais de pequeno porte geralmente associados à subsistência e à comercialização em pequena escala.

No âmbito da produção animal, 84% dos entrevistados possuem animais em seus lotes. A criação de galinhas/frangos é a mais prevalente, presente em 51% dos lotes com animais, o que também revela estratégias de baixo custo e alta rotatividade, seguida pela bovinocultura (35%) e equinocultura (12%), o que pode ser visto no Gráfico 15 a seguir.

Gráfico 15: Criação animal



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

As galinhas representam a maioria do volume da criação animal no assentamento. Esse predomínio sugere que a avicultura é a atividade zootécnica mais acessível e difundida entre as famílias, servindo tanto para garantir o consumo próprio quanto para a geração rápida de renda.



3.3.5 Produção agrícola

A pesquisa também investigou a exploração produtiva da terra no Assentamento Conquista. Assim, verificou-se que 47% dos lotes realizam cultivo na área regularizada. Novamente este dado é corroborado pela baixa aquisição de equipamentos e máquinas tanto manual quanto de tração mecânica. Neste sentido, aqueles que declararam explorar a terra revelaram que entre as culturas produzidas, destacam-se a produção de grãos, horticultura, fruticultura e tubérculos. As demais culturas e atividades mostram-se menos expressivas.

A análise da destinação da área indica uma preferência pelo cultivo de grãos, com uma média de 12,45 hectares por lote dedicado a essa finalidade. Em contrapartida, áreas menores são alocadas para horticultura (média de 1,36 ha), fruticultura (média de 0,65 ha) e tubérculos (média de 1,62 ha), conforme Gráfico 16 a seguir. A destinação de uma área maior para a produção de grãos no Assentamento Conquista pode refletir tanto condições climáticas e de solo local quanto estratégias produtivas e de mercado adotadas pelas famílias.

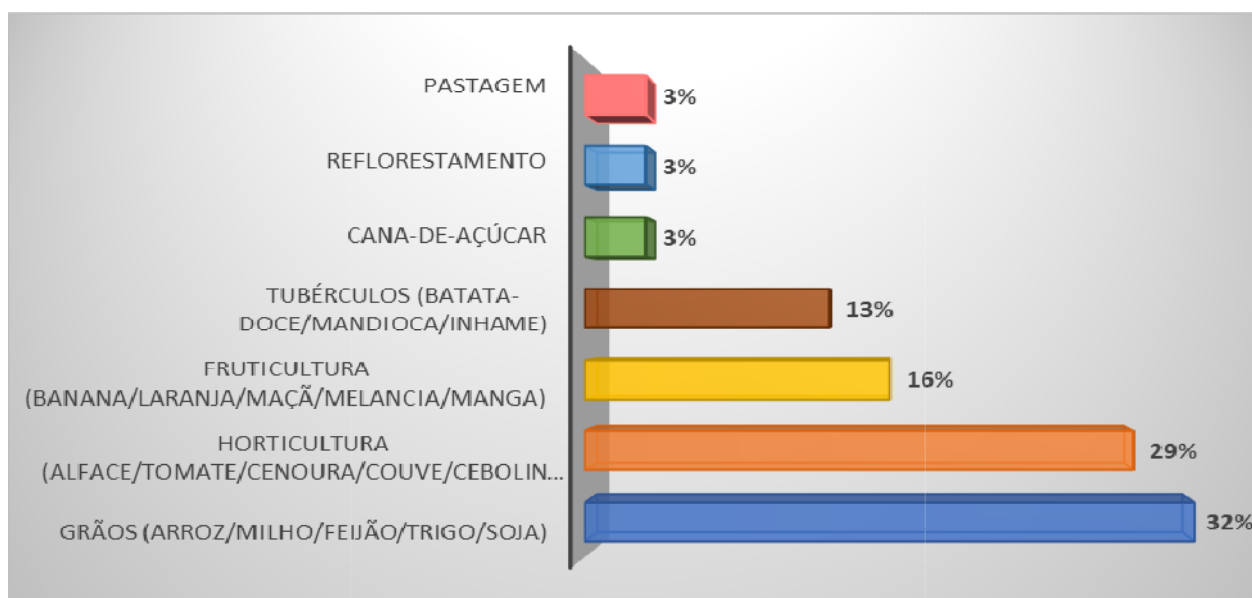
O grão que se destaca é a soja, cabe destacar que esta cultura já está presente em diversos Projetos de Assentamentos rurais de MS. Contudo, faz-se importante esclarecer que a soja é uma *commodity* agrícola voltada à comercialização e ao abastecimento dos mercados internacionais. Somado a este cenário, Fossá, Villwock e Matte (2026), ainda alertam que a expansão desta cultura também é decorrente do acesso ao crédito de custeio, além deste avanço impactar negativamente os biomas brasileiros, o modo de vida das comunidades rurais e a biodiversidade.

O cultivo em larga escala impede a diversidade alimentar e o uso de técnicas agroecológicas, contribuindo para o empobrecimento e contaminação do solo, das águas e do ar por meio da utilização de “agroquímicos” (agrotóxicos), além de não valorizar o alimento, a cultura local e ainda pressionar os preços dos alimentos saudáveis. Muitos assentados optam por arrendar suas terras para o cultivo deste grão haja vista todas as dificuldades de ordem infraestrutural.



Espaços agrícolas marcados pelo monocultivo, pela pobreza da biodiversidade apresentam menor disposição em sustentar suas funções produtivas frente às mudanças climáticas caracterizadas pelas altas temperaturas, períodos de secas prolongadas ou ainda chuvas em grande quantidade quando comparadas com paisagens diversificadas (Kremer; Merenlender, 2018).

Gráfico 16: Principais produtos cultivados



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A pesquisa permitiu também identificar que o Assentamento apresenta diversidade produtiva, contando tanto com os produtos *in natura* (grãos, frutas, hortaliças, leite...) quanto com os produtos beneficiados (queijo, pães, doces, entre outros...). Essa característica produtiva pode estar associada à busca por autossuficiência alimentar e redução da dependência externa.

3.3.6 Diversificação da produção (*in natura*, beneficiados e processados)

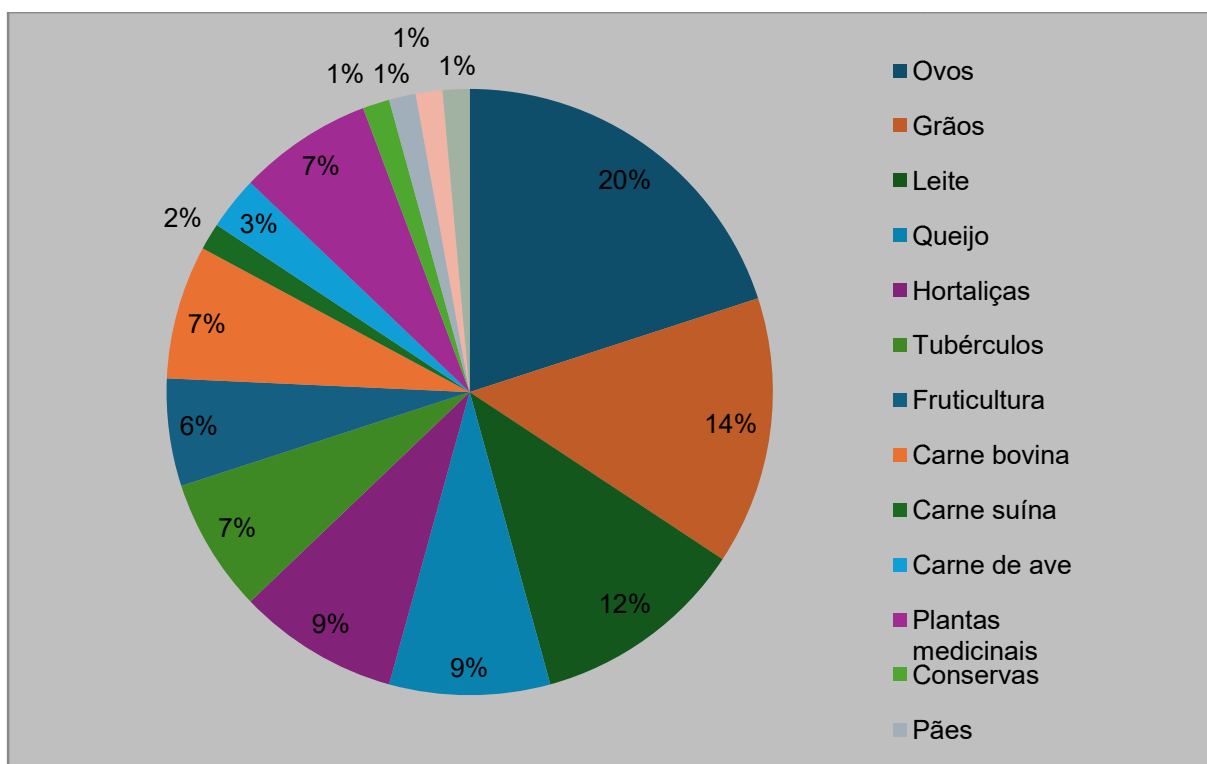
Outro ponto relevante consiste no fato de que esta diversificação de produtos conjugada ao beneficiamento dos alimentos abre novas oportunidades em termos de acesso a outros mercados, inclusive mais estruturados e proporcionando elevação da renda e geração de emprego no campo.



A técnica de beneficiamento de alimentos não apenas oportuniza o acesso a outros mercados, mas também opera a favor da redução das perdas e desperdícios dos alimentos e com isso aumento a durabilidade dos alimentos e contribuindo com a disseminação da sustentabilidade, conforme pode ser observado a seguir.

Logo, a ocorrência de atividades de beneficiamento é uma realidade, de acordo com o Gráfico 17, disposto a seguir, com destaque para as produções de ovos (20%); grãos (14%) e leite (12%).

Gráfico 17: *Portfólio de produtos in natura, beneficiados e processados*



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O beneficiamento artesanal é uma estratégia relevante para agregar valor aos produtos, ampliar as fontes de renda e acessar novos mercados e canais de comercialização. Embora ainda ocorra de forma isolada e com limitada estrutura de comercialização, o que pode estar associado à falta de equipamentos, infraestrutura sanitária, certificação ou capacitação específica, ainda revela-se como uma atividade promissora para o Assentamento Conquista.



3.3.7 Canais de comercialização

Agricultores familiares assentados utilizam diversos canais de comercialização que vão além de uma simples participação nos mercados, promovendo também a criação de laços sociais coletivos, vínculos de confiança, respeito e reputação. Por meio de associações, cooperativas e feiras locais, esses canais fortalecem a cooperação entre os produtores e aumentam a exposição, comercialização e abastecimento da produção agrícola familiar. Os mercados alimentares configuram-se como de fundamental importância para alavancar a inclusão produtiva e o desenvolvimento rural (Cassol, Schneider e Deggerone, 2024).

Ainda para os mesmos autores, mercados são compreendidos como espaços, ou “arenas” que levam dentro de si diferentes atores (agricultores familiares; produtores; consumidores; clientes; trabalhadores; etc.) e instituições (empresas; cooperativas; governo; movimentos sociais; etc.) que dialogam e disputam novas oportunidades de permutas de bens e serviços. Acolher a abordagem de que os mercados são construções sociais, implica no entendimento que são constituídos por um conjunto de operações em que envolvem relações sociais e culturais.

Dentro deste contexto, a pesquisa no Assentamento Conquista buscou identificar os canais de comercialização acessados pelos agricultores assentados. Cabe reforçar que a titulação não se restringe a assegurar a posse das terras, mas sim contribui decisivamente para transformar e alavancar as dinâmicas produtivas, fortalecer a inserção social, a inclusão socioproductiva.

Associado a estes elementos, o acesso aos canais de comercialização oportuniza o desenvolvimento das economias locais, a construção coletiva de estratégias para ampliar os canais de comercialização e ainda colabora com a autonomia dos agricultores assentados.

Analisando os dados apresentados no Gráfico 18 disposto a seguir observa-se que a venda a domicílio é o canal mais utilizado (19%), seguida pelas vendas diretas na propriedade (16%) e pela comercialização e abastecimento para os Programas Institucionais como o PAA e PNAE alcançando 16% e 12%



respectivamente. Outros canais, como supermercados e a CEASA, são pouco explorados, com 9,4% e 6,3%, respectivamente. Ainda assim, chamam a atenção para um grupo, representando 12,5% dos assentados, estes que não comercializam sua produção com nenhum canal.

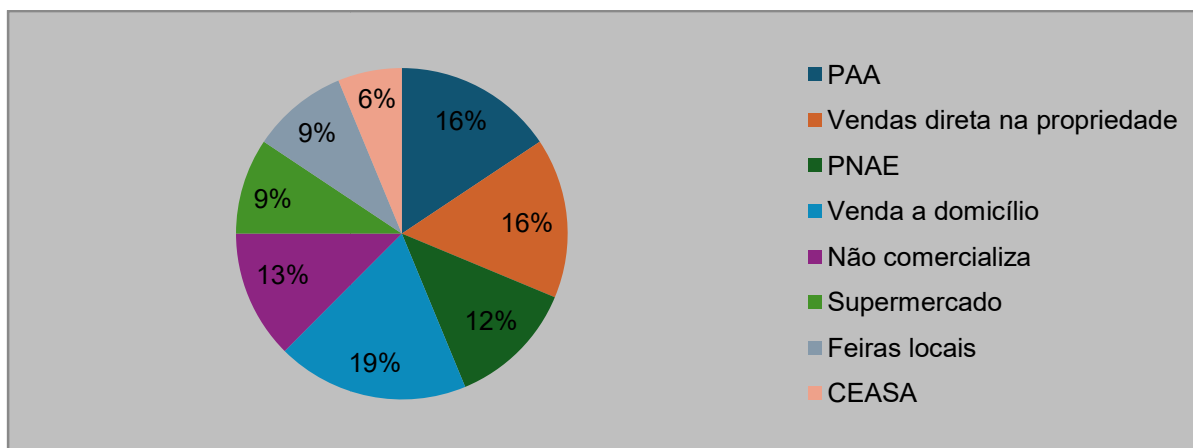
Esses dados indicam que os produtores familiares priorizam formas de comercialização mais próximas e diretas ao consumidor, ou seja, conhecidas como cadeias curtas de abastecimento alimentar, do tipo face a face, mais especificamente chamados de “mercados de proximidade”. Os mercados locais se caracterizam por estabelecerem uma conexão direta entre produtores e consumidores, permitindo aos agricultores comercializarem seus produtos sem a participação dos intermediários, o que pode reduzir custos comerciais, regularizarem o fluxo de produtos e aumentarem a proximidade (Schneider, 2016; Ushizima, 2018).

Por outro lado, a inserção nos mercados institucionais e atacadistas ainda é limitada. No caso dos mercados públicos, esta realidade talvez seja justamente pelo fato de ainda não terem suas terras totalmente regularizadas e não possuírem o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF. Este documento é obrigatório para a participação nas chamadas públicas. Cabe destacar que o acesso aos mercados institucionais oportuniza a garantia de recebimento, pois as relações são formalizadas via contrato e ainda garante preços mais justos e melhores, quando comparados aos praticados nos mercados locais.

Outro ponto que merece destaque consiste no fato de que ao abastecerem os mercados institucionais por meio do acesso aos Programas PNA e PAA garantem o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos e a segurança alimentar e nutricional especialmente para os estudantes das escolas públicas e ainda incentivam a valorização do alimento local. Importante também evidenciar o potencial para ampliar a diversificação de canais, fortalecendo a visibilidade da produção dos assentados e ampliando as oportunidades de comercialização e geração de renda.



Gráfico 18: Canais de comercialização acessados



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Todavia, o volume de famílias focadas apenas na subsistência aponta para a necessidade de políticas de fomento logístico e incentivo à diversificação produtiva para aumentar o excedente comercializável, conforme observado no Gráfico 18 disposto acima.

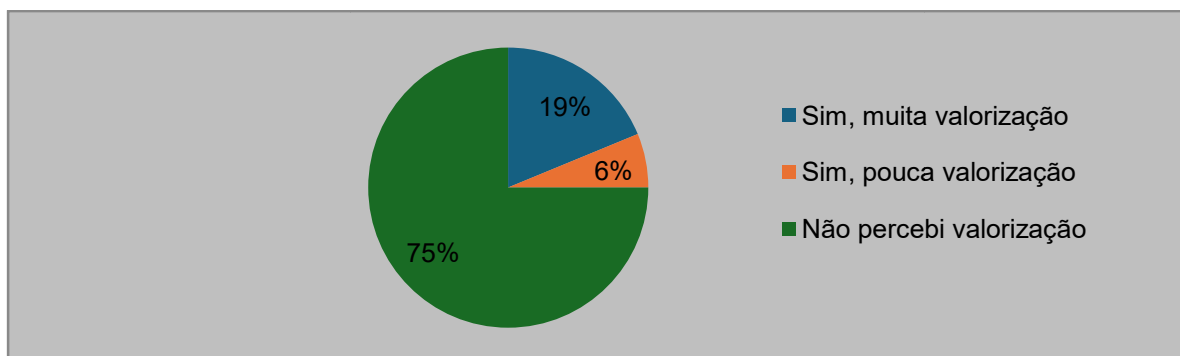
3.3.8 Valorização dos produtos

A valorização dos produtos se apresenta como aspecto central para compreender os impactos socioambientais da titulação. A percepção de valorização, seja ela intensa ou limitada, reflete o reconhecimento social e econômico do trabalho das famílias assentadas, e atua como indicativo da relação entre a produção agrícola e o mercado consumidor.

Neste sentido, apenas 19% afirmaram ter percebido um aumento na valorização da sua produção de forma mais significativa após a titulação, 6% relataram pouca valorização e 75% dos assentados não perceberam nenhum indício de valorização da sua produção após a titulação dos seus lotes. Os dados sobre a percepção de valorização dos produtos comercializados indicam um cenário de desafios no posicionamento de mercado, conforme disposto no Gráfico 19 a seguir.



Gráfico 19: Percepção quanto à valorização dos produtos



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Este é um importante indicador, e quando associado e analisado junto ao contexto de muitos desafios, entraves e a descrença nas políticas públicas é muito comum emergir, entre os agricultores assentados, tanto o sentimento de desalento quanto a percepção da baixa valorização da sua produção.

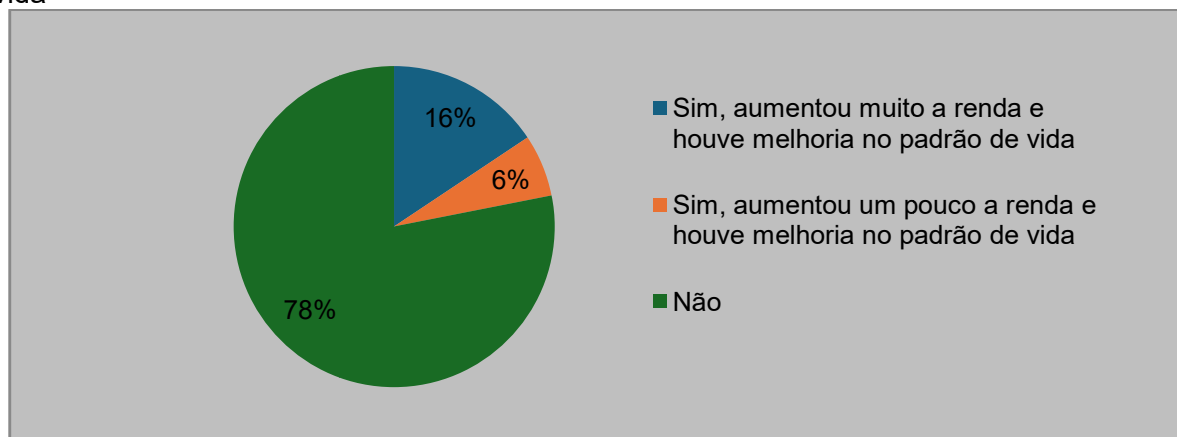
A finalidade última da produção agrícola em assentamentos é a conversão do esforço laboral em bem-estar social e estabilidade econômica. A valorização dos produtos no mercado atua como impulsionador para a elevação do padrão de vida das famílias. No entanto, o hiato entre a produção e a percepção de lucro real é um desafio complexo, influenciado por custos de insumos, logística e flutuações de mercado, entre outros.

O cruzamento de dados entre a comercialização e a evolução social das famílias revela que a consolidação econômica pós-titulação ainda é um processo em estágio inicial para a maioria absoluta dos beneficiários.

Logo, apenas 16% afirmaram que a renda aumentou de forma significativa após a titulação e 6% relataram aumento moderado, enquanto 78% não perceberam melhorias. Esses resultados revelam que, embora a titulação garanta segurança fundiária, ela não necessariamente implica em ascensão econômica imediata, o que pode estar ligado a limitações estruturais, como acesso a mercados, crédito e infraestrutura, de acordo com o Gráfico 20 a seguir.



Gráfico 20: Relação entre valorização dos produtos e melhoria na renda e no padrão de vida



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

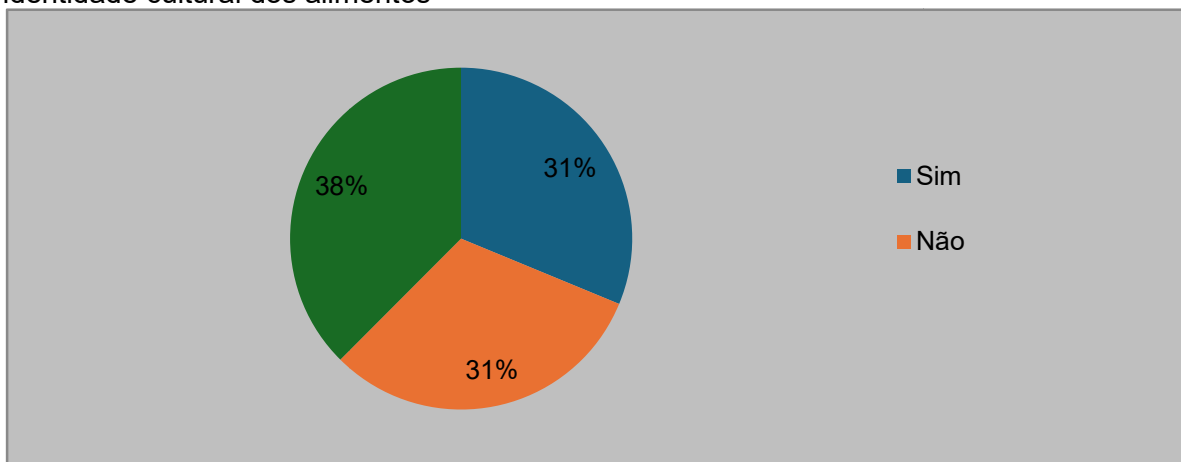
Há um potencial subutilizado para a criação de selos de origem, marcas coletivas ou certificações orgânicas que poderiam elevar a percepção de valor e, consequentemente, a renda das famílias. A valorização está diretamente ligada aos canais de comercialização; quem vende "direto na propriedade" ou em "associações" tende a ter sua produção mais reconhecida do que quem depende de atravessadores.

Atualmente existe uma tendência de alterações nos hábitos alimentares, os consumidores vêm buscando por alimentos locais, que apontem para a autenticidade, a sustentabilidade e a segurança alimentar. Esse movimento valoriza produtos que carregam uma identidade territorial e social, e desta forma conectando quem consome com os agricultores familiares que produzem no campo.

Contudo, a percepção dos agricultores familiares do Assentamento Conquista vem parcialmente ao encontro desta tendência, uma vez que as respostas foram equilibradas entre os assentados, revelando apenas que apenas um terço (1/3) deles declarou perceber maior interesse dos consumidores para estas questões, conforme observado no Gráfico 21 a seguir.



Gráfico 21: Percepção dos produtores sobre a demanda por procedência, qualidade e identidade cultural dos alimentos



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Esse equilíbrio demonstra que o reconhecimento da agricultura familiar como diferencial competitivo ainda é heterogêneo. A valorização da origem depende de estratégias de comunicação, organização coletiva e aproximação com consumidores sensíveis à qualidade, procedência e identidade territorial dos alimentos.

3.4. Inclusão Financeira e fortalecimento técnico (ATER)

Este eixo analisa o acesso ao crédito rural, os entraves à contratação de financiamentos e a presença da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). A regularização fundiária pode facilitar a inclusão financeira, mas sua efetividade depende da capacidade das famílias de acessar informações, elaborar projetos, superar burocracias e assumir riscos compatíveis com sua realidade econômica.

De acordo com Leite *et al.* (2004), o ingresso em um projeto de assentamento insere os beneficiários em uma nova realidade, cuja consolidação socioeconômica depende fortemente da disponibilidade de capital e instrumentos de apoio produtivo. Nessa ótica, o crédito rural não apenas supre a carência inicial de recursos materiais e financeiros, mas configura-se como um mecanismo essencial para a inclusão produtiva, o fortalecimento da agricultura familiar, a garantia da autonomia e a sustentabilidade dos assentamentos.



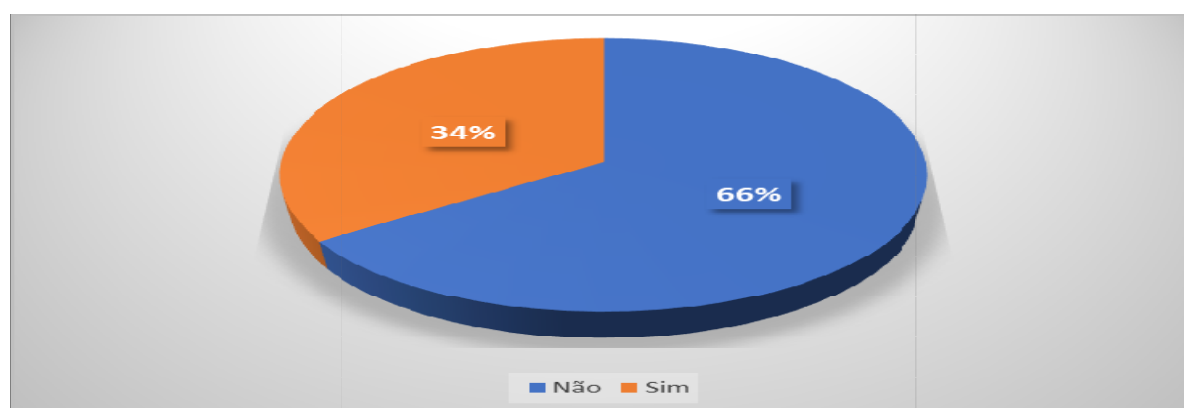
Os agricultores familiares assentados constantemente se deparam com um conjunto de dificuldades para acessarem mercados mais competitivos e melhores em função de limitações estruturais, como baixa capacidade de processamento, limitações estruturais, infraestrutura inadequada, dificuldades na constituição de organização social e, por fim, mas não menos importante, a forte existência de barreiras para a obtenção de financiamento para o desenvolvimento de suas atividades no campo (Pitaluga, Kuff, Soares 2025).

3.4.1 Crédito e Financiamento

O acesso ao crédito rural é um dos principais pilares para a modernização tecnológica e o aumento da produtividade no campo. A contratação de financiamentos permite que as famílias superem a barreira da baixa capitalização e invistam em máquinas, insumos e infraestrutura.

No contexto do Assentamento Conquista, contudo, verificou-se uma baixa procura por financiamento rural no ano de 2024, conforme apontado no Gráfico 22 a seguir, com 66% dos entrevistados não tendo iniciado qualquer processo de solicitação para suas áreas tituladas.

Gráfico 22: Contratação de financiamento ou crédito no último ano



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

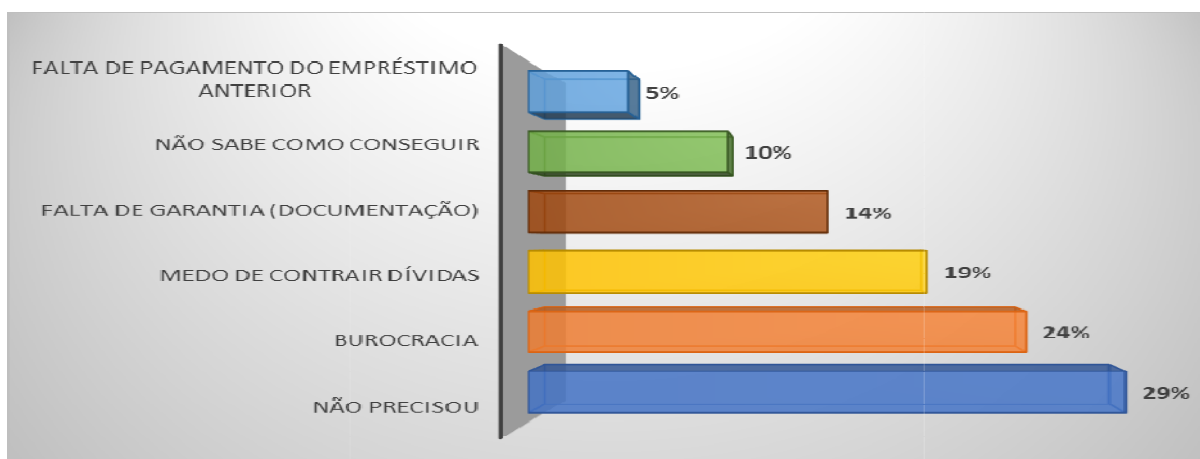
Ao investigar as razões pelas quais os outros pedidos não foram aprovados, mesmo com a terra regularizada, constatou-se que os principais entraves



consistiram em comprovar renda e na completa apresentação dos documentos exigidos pelas instituições financeiras.

Entre os principais motivos para a não busca por crédito, destacam-se a percepção de ausência de necessidade (29%), a burocracia associada ao processo (24%) e o receio de endividamento (19%). Ou seja, para 43% dos assentados a maior dificuldade esbarra em questões de acesso a informações e de segurança jurídica, conforme demonstrados no Gráfico 23, disposto a seguir.

Gráfico 23: Principais motivos para não acessar um financiamento no último ano



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em síntese, o cenário observado no Assentamento Conquista – caracterizado pela baixa demanda e pelas barreiras significativas no acesso ao crédito rural – evidencia que a titulação da terra, isoladamente, não garante a consolidação socioeconômica dos assentamentos.

Assim, torna-se imprescindível a implementação de ações complementares e novas políticas, mais ajustadas à realidade vivenciada por estes. Essas ações incluem a oferta de assistência técnica, fundamental para a elaboração de projetos e orientação financeira, além da criação de políticas públicas de fomento, subsídios e financiamento que efetivamente removam os obstáculos, incentivem e facilitem o acesso ao crédito.

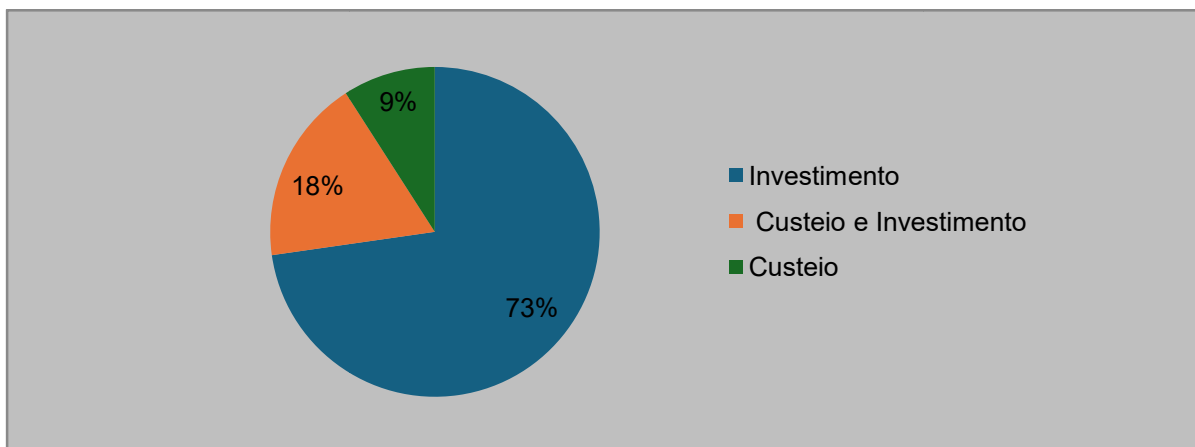
Os dados indicam que o baixo índice de bancarização no assentamento não decorre de impedimentos legais ou documentais, mas sim de uma postura de



cautela por parte das famílias. A razão predominante para não buscar pelo crédito é a percepção de desnecessidade, citado por 29% dos respondentes. Este dado sugere um modelo de gestão focado na manutenção da produção com recursos próprios, possivelmente devido à escala reduzida das atividades, refletindo-se na baixa inclusão financeira.

Entre os 34% (11 pessoas) que buscaram ativamente o financiamento, a modalidade de investimento foi a mais visada (que corresponde a 73%), seguida pela combinação de custeio e investimento (que corresponde a 18%) e apenas custeio (que corresponde a 9%) conforme Gráfico 24 a seguir.

Gráfico 24: Modalidade de crédito contratada



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

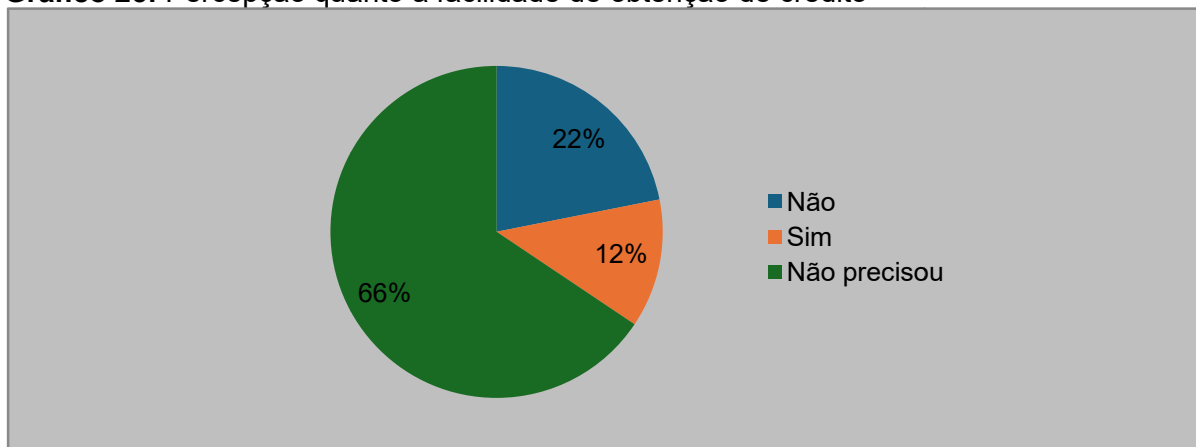
Todavia, a taxa de sucesso foi baixa, com poucos assentados conseguindo aderir ao crédito. A regularização fundiária foi um fator facilitador na contratação. Essa resistência ao crédito está diretamente relacionada com a baixa aquisição de equipamentos mecânicos e a limitada expansão da área produtiva registradas no relatório.

Embora a titulação represente um passo importante para a regularização fundiária, não houve ampliação efetiva do acesso ao sistema financeiro rural, seja por falta de informação, seja por ausência de políticas creditícias adaptadas à realidade de pequenos produtores. Apenas 12% dos entrevistados afirmaram que a



titulação facilitou a obtenção de crédito (Gráfico 25), demonstrando que a segurança jurídica ainda não se converteu em inclusão financeira real.

Gráfico 25: Percepção quanto à facilidade de obtenção de crédito



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Estes dados confirmam que a segurança jurídica da posse é um ativo econômico fundamental. Os dados revelaram que este é mais um desafio a ser superado pelos assentados, uma vez que a regularização fundiária e a consequente titulação abrem novas oportunidades para o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Ou seja, para aqueles que decidem investir, a titulação é o instrumento que viabiliza a entrada no sistema financeiro formal, transformando a terra em um recurso capaz de alavancar o desenvolvimento produtivo.

3.4.2 Assistência técnica e extensão rural - ATER

Neste item a pesquisa buscou analisar e compreender como o poder público, além de conceder a titulação das terras, tem atuado para assegurar a permanência e o desenvolvimento das famílias assentadas. A assistência técnica se apresenta como política pública complementar fundamental à Reforma Agrária, pois possibilita o acesso a conhecimentos, práticas produtivas e orientações de gestão que viabilizam não apenas o cultivo e a criação de animais, mas também a sustentabilidade econômica, social e ambiental das propriedades.

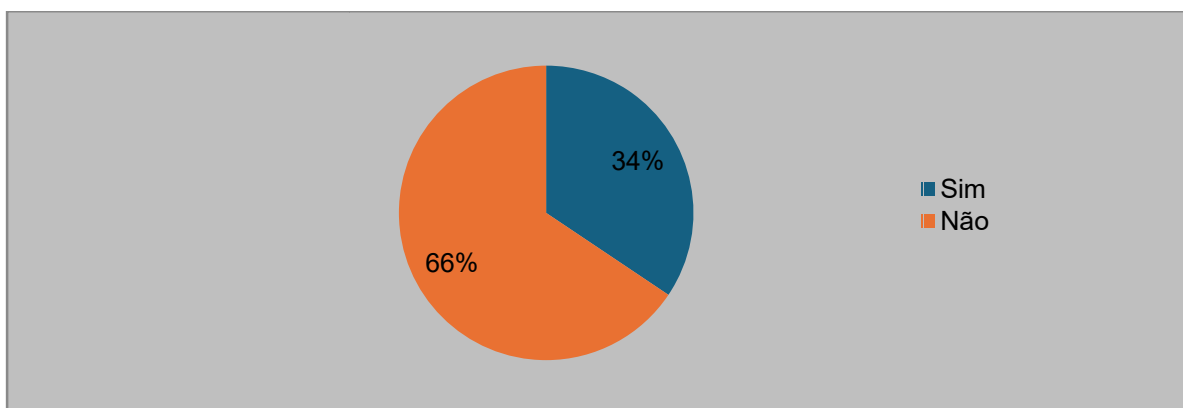


Logo, a presença e a continuidade da assistência técnica são fatores essenciais para o sucesso das famílias beneficiadas pela titulação. No caso do Assentamento Conquista apenas 34,% das famílias recebeu algum tipo de atendimento técnico após a titulação, enquanto 66% afirmaram não ter recebido orientação ou acompanhamento, conforme Gráfico 26 disposto a seguir. Isso revela que mais da metade das famílias ainda permanecem sem suporte especializado, o que pode comprometer a consolidação da Reforma Agrária em seus aspectos produtivos e de segurança alimentar e nutricional.

Entende-se que é necessário um esforço tanto por parte do Governo Federal quanto do Governo Estadual visando assegurar que técnicos e/ou extensionistas visitem com maior regularidade as unidades produtivas para oportunizar a aprendizagem de novas tecnologias e sistemas de produção que permitam a expansão da área cultivada e consequentemente o volume de produção, minimizando as perdas e desperdícios.

A ausência de assistência para mais da metade da população do assentamento representa um risco crítico à sustentabilidade do projeto de Reforma Agrária. Sem orientação técnica, a capacidade dessas famílias de acessar linhas de crédito, implementar melhorias zootécnicas ou diversificar a matriz produtiva ficam severamente comprometidas.

Gráfico 26: Recebimento de assistência técnica e extensão rural

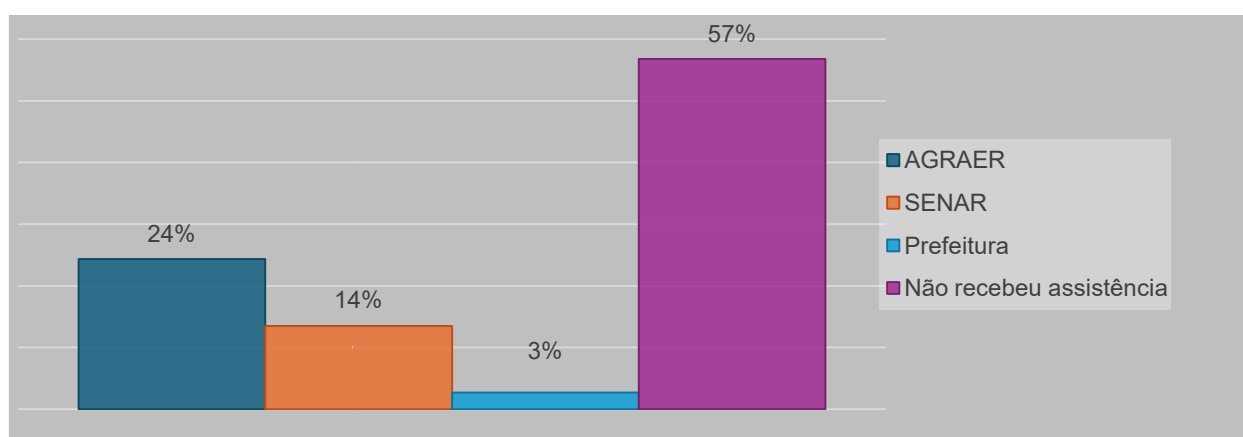


Fonte: Dados da pesquisa (2025).



Dentre as instituições que prestaram assistência técnica e extensão rural no Assentamento Conquista durante o ano anterior à realização da pesquisa, ou seja, no ano de 2024, a instituição de maior incidência é a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - Agraer (26%), seguida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar (11%), conforme demonstrado no Gráfico 27 a seguir.

Gráfico 27: Principais entidades prestadoras de ATER



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Chama atenção um dado, mais da metade dos entrevistados relatou não ter recebido qualquer tipo de assistência técnica no ano de 2024. Este índice de falta de assistência é superior ao alcance individual de qualquer uma das instituições citadas, inclusive da líder AGRAER. A predominância da AGRAER e do SENAR indica que o suporte atual está focado em extensão estatal.

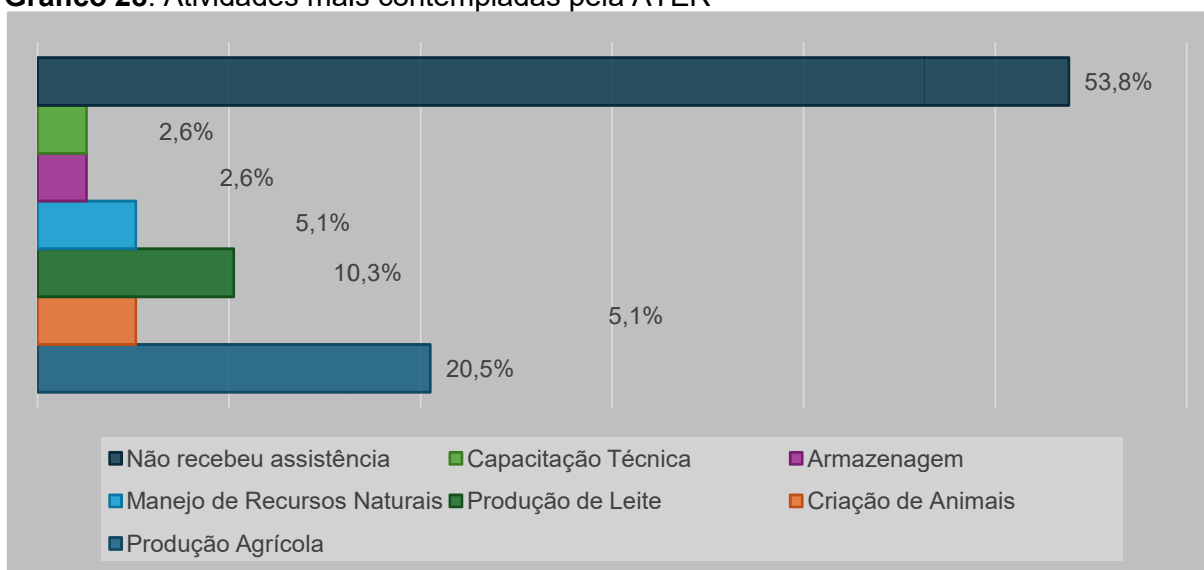
Contudo, considerando que a maioria, 57% declarou estar sem assistência, tal fato configura-se como um obstáculo severo para a democratização do conhecimento técnico no Assentamento. Este cenário sugere a necessidade de uma maior articulação entre as entidades existentes para ampliar a cobertura e garantir que o suporte técnico chegue às famílias que hoje operam à margem das orientações especializadas.

A análise dos dados sobre a assistência técnica recebida pelas famílias assentadas para o ano de 2024 revela que mais da metade dos entrevistados não



receberam nenhum tipo de atendimento. Entre as famílias que foram atendidas, as atividades mais contempladas foram produção agrícola (20,5%) e produção de leite (10,3%), enquanto criação de animais (5,1%), manejo de recursos naturais (5,1%), armazenagem (2,6%) e capacitação técnica (2,6%) tiveram menor participação, conforme apontados no Gráfico 28 a seguir.

Gráfico 28: Atividades mais contempladas pela ATER



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em síntese, os dados apontam que a assistência técnica ainda carece de maior cobertura e de diversificação temática, de modo a atender um número maior de famílias assentadas. Entende-se que as ações sejam voltadas não apenas à produção primária, mas também às demandas de gestão, comercialização e sustentabilidade ambiental, indispensáveis para o êxito dos Programas de Reforma Agrária. A ausência de suporte nessas frentes explica a dificuldade de expansão produtiva e o baixo índice de contratação de financiamentos observados anteriormente: sem assessoria para gerir o negócio ou acessar mercados, o produtor tende a permanecer no ciclo de subsistência.



3.5 Sustentabilidade, cooperação e tecnologias de informação

Este eixo avalia práticas sustentáveis, redes de cooperação, capacitações e uso de tecnologias de informação e comunicação. A sustentabilidade do assentamento depende não apenas de técnicas de manejo ambiental, mas também da capacidade coletiva de organizar produção, processar alimentos, acessar mercados e comunicar o valor de seus produtos.

O associativismo e a formação de redes de cooperação são pilares fundamentais para a viabilidade econômica da agricultura familiar. Em assentamentos, a articulação comunitária permite superar barreiras individuais, como a falta de maquinário, o baixo volume de produção para grandes mercados e as dificuldades no processamento de alimentos.

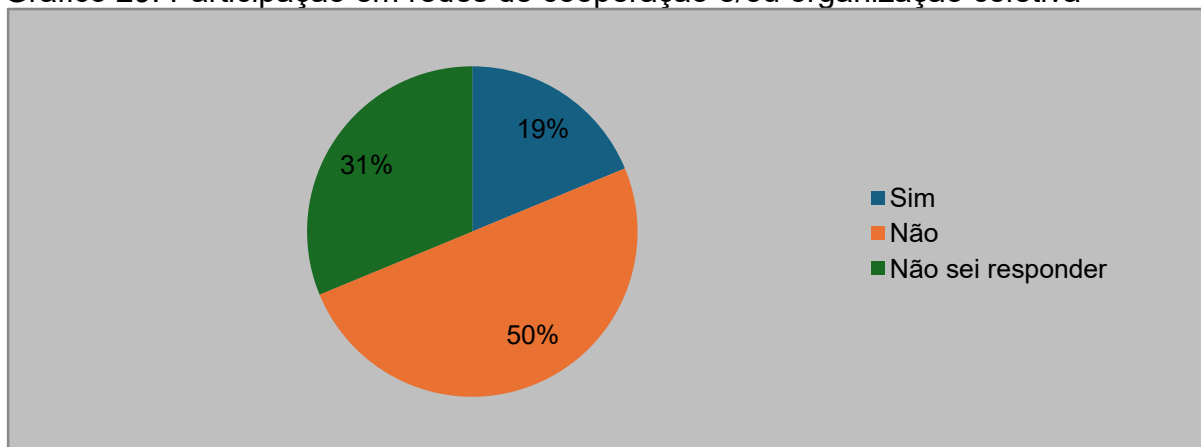
Logo, a pesquisa também levantou a existência de ações coletivas e redes de cooperação no Assentamento Conquista, evidenciando o potencial de organização comunitária como estratégia para enfrentar desafios produtivos, processar alimentos e fortalecer a inserção em mercados.

No tocante a realização de ações coletivas e redes de cooperação, apenas 19% afirmaram participar de algum tipo de articulação, contra 50% que não participam e 31% que não souberam responder, conforme Gráfico 29 a seguir. Essa baixa adesão sugere que as dinâmicas associativas ainda não se consolidaram plenamente, o que pode enfraquecer a capacidade de comercialização e de gestão comunitária. Corroborando estes dados, tem-se que a decisão de atuar na modalidade coletiva ou de forma individual configura-se como uma estratégia decisiva para o desempenho dos agricultores familiares frente ao acesso aos mercados institucionais, por exemplo (Pitaluga e Le Bourlegat, 2021).

Ainda para as mesmas autoras, atuar de forma coletiva seja por meio de associação ou cooperativa, frente aos processos de chamadas públicas, configura-se como um critério de vantagem, de desempate e com isso permite a garantia de entrega de um volume maior, diversificação dos produtos, regularidade e logística mais adequados ao abastecimento dos alimentos.



Gráfico 29: Participação em redes de cooperação e/ou organização coletiva



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No que se refere a atividades de capacitação ligadas às redes de economia solidária, os dados mostram que apesar de variadas, as ofertas de capacitação/treinamento não contemplaram a maior parte dos moradores. O Gráfico 30 a seguir revela que entre os agricultores assentados que receberam capacitação, a maior parcela foi beneficiada pelo treinamento de manipulação e beneficiamento de alimentos (16%).

Na sequência, já com baixa representatividade, outros assentados foram capacitados em áreas como: treinamento de manejo e cuidado com animais (6%), gestão de recursos naturais (3%), treinamento em empreendedorismo solidário (3%), uso de tecnologias digitais (3%) e capacitação em direitos humanos e sociais (3%).

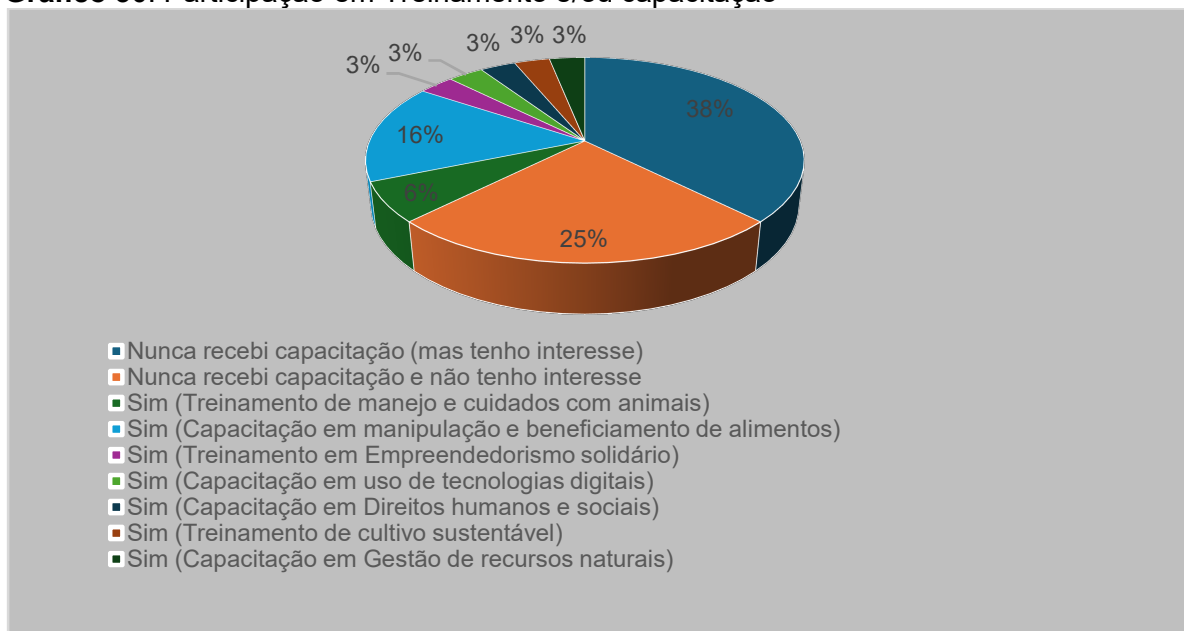
A maior parte dos entrevistados revelou não ter recebido capacitação, mas demonstrou interesse em receber algum tipo de treinamento (38%), enquanto uma parcela significativa dos assentados declarou não ter recebido e também não tem interesse (25%). Este desalento pode ser justificado pelas condições precárias vivenciadas no Assentamento associado à baixa confiança na esfera pública, sentimento externalizado durante as entrevistas.

A capacitação técnica é o instrumento que converte o potencial produtivo em eficiência real e sustentabilidade. Em um contexto de economia solidária, os treinamentos não visam apenas a melhoria do manejo individual, mas a qualificação



das competências sociais e coletivas necessárias para o processamento de alimentos e a gestão de redes de cooperação.

Gráfico 30: Participação em Treinamento e/ou capacitação



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Esses resultados indicam que, mesmo que parte significativa dos assentados tenha tido acesso a algum tipo de formação, ainda há demanda e espaço para ampliarem as oportunidades de capacitação, sobretudo em temas relacionados à produção sustentável e à economia solidária. Com isso, observa-se que a titulação dos lotes, quando acompanhada de ações educativas, formativas e demais estratégias integradoras, pode favorecer a organização comunitária e social, fortalecer o desenvolvimento e o dinamismo da economia local e estimular práticas produtivas mais conscientes, sustentáveis e cooperativas.

3.5.1 Práticas Sustentáveis

A adoção ou não do uso de agrotóxicos e a incorporação de técnicas de manejo sustentável também se apresentam como elementos centrais na análise, indicando diferentes níveis de conscientização e práticas de cuidado com o solo, a



água e os ecossistemas locais. A transição para modelos produtivos mais resilientes é um dos desdobramentos esperados da regularização fundiária. A segurança da posse atua como um indutor de práticas responsáveis, permitindo que as famílias planejem o uso da terra com foco na conservação de longo prazo.

Os dados sobre a adoção de práticas sustentáveis pelos assentados titulados revela que a maioria, 66%, ainda não incorpora nenhuma técnica sustentável em sua produção e/ou comercialização. Entre aqueles que adotam práticas ambientalmente corretas e sustentáveis, as iniciativas são pouco expressivas e distribuídas de forma semelhante: 6% produzem alimentos orgânicos, 6% realizam compostagem, 6% praticam agroecologia e 6% possuem cisternas, enquanto 9% evitam o desperdício. Isto significa que 33% adotam algum tipo de técnica ou iniciativa que vai ao encontro da sustentabilidade, conforme demonstradas no Gráfico 31 a seguir.

Esses números indicam que, embora haja alguma consciência e preocupação ambiental presentes em uma parcela minoritária, a sustentabilidade ainda não é uma prática fortalecida e consolidada no contexto da produção entre os agricultores familiares titulados. Isso também sugere a necessidade de políticas públicas, capacitações técnica e incentivos visando promover maior adesão à modelos produtivos sustentáveis, fortalecendo tanto a preservação ambiental quanto a resiliência econômica dessas famílias.

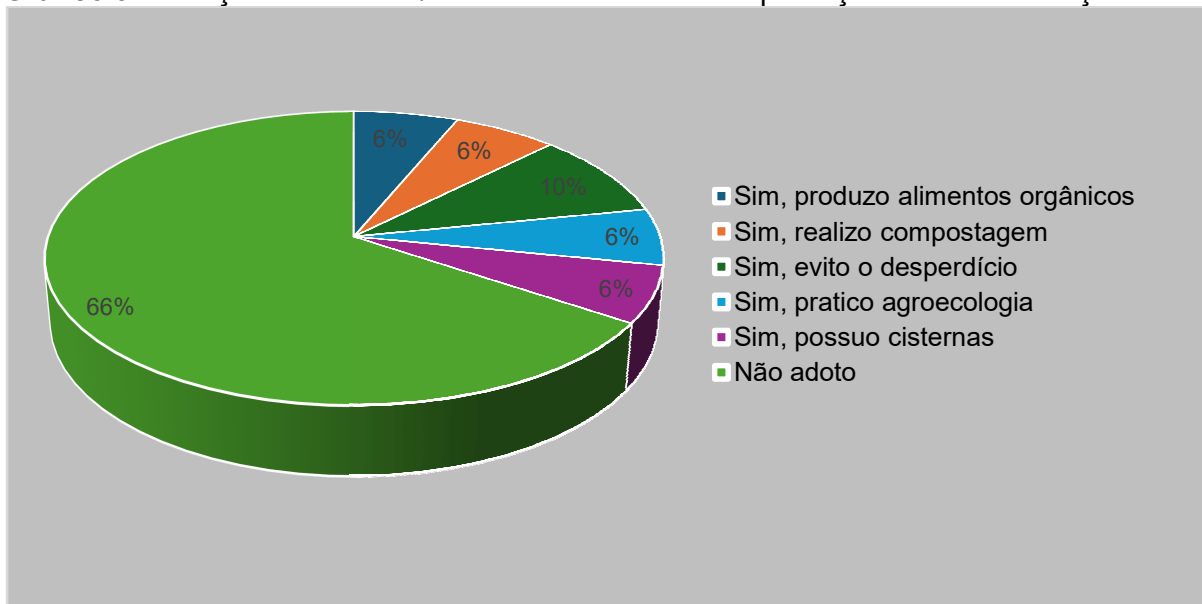
O histórico das práticas agroecológicas mostra um movimento crescente que já abarca o mundo todo a favor da transição para sistemas alimentares sustentáveis. Neste sentido, entende-se que cabe um esforço entre todos os atores, seja da sociedade civil e especialmente da esfera pública visando um alinhamento a favor de projetos de longa duração, com maior cooperação e envolvimento sobre agroecologia e demais ações visando à promoção da construção de territórios agroecológicos.

É preciso conectar a esfera pública, consumidores e agricultores assentados nos seus “laboratórios vivos” com o objetivo de estreitar a relação do campo com a alimentação saudável, apostando na educação como estratégia que visa contribuir



com uma transição alimentar sustentável, saudável e que promova segurança alimentar, justiça climática, renda aos assentados e maior inclusão produtiva.

Gráfico 31: Adoção de técnicas/modelos sustentáveis na produção e comercialização



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A adoção de práticas sustentáveis, como compostagem, produção orgânica, reaproveitamento de alimentos e captação de água da chuva, reforça o papel da titulação como indutora de novas dinâmicas produtivas, mais responsáveis e conectadas às necessidades socioambientais. A preocupação com o uso consciente da terra, da água e da energia mostra-se igualmente relevante, refletindo uma maior valorização da relação entre produção agrícola e preservação do meio ambiente.

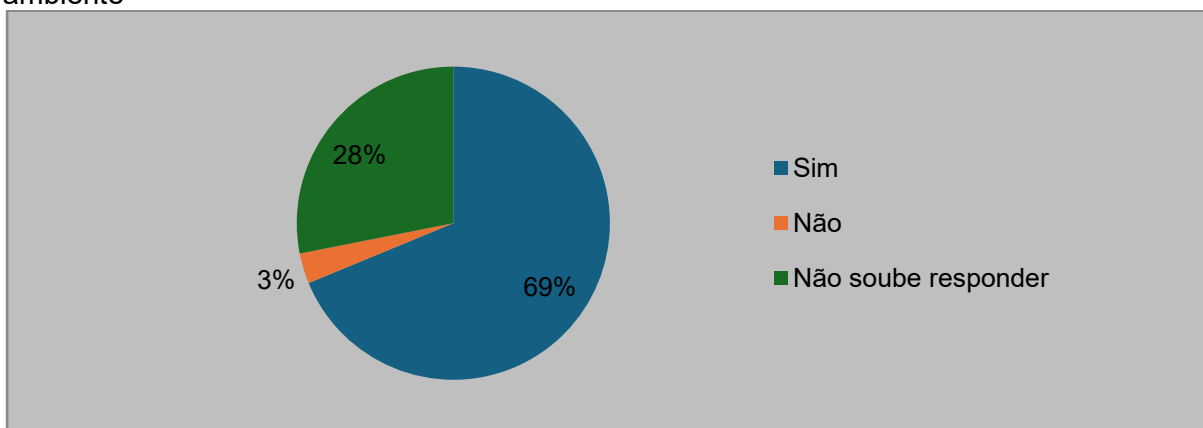
A preocupação com o uso consciente dos recursos naturais aparece em 68,75% das respostas, conforme demonstrado no Gráfico 32 disposto a seguir, o que indica um grau relevante de sensibilização ambiental entre os assentados. Esse dado reforça que a titulação dos lotes mostra-se como um elemento central para contribuir com o fortalecimento da responsabilidade ambiental, ao consolidar o vínculo das famílias de agricultores assentadas com a terra e promover o senso de pertencimento e cuidado com o território.

A percepção dos assentados sobre a finitude e a importância dos recursos naturais é um indicador fundamental da sustentabilidade do projeto de Reforma



Agrária em longo prazo. Quando a segurança da terra é acompanhada por uma postura ética em relação ao meio ambiente, o lote deixa de ser apenas uma unidade de produção e passa a ser um ativo de conservação.

Gráfico 32: Existência de sensibilidade e ações de conservação e proteção ao meio ambiente



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Esse resultado demonstra que a titulação fortalece a responsabilidade socioambiental, favorecendo o uso racional dos recursos e a sustentabilidade da produção agrícola, indicando uma transição parcial para modelos mais sustentáveis, associada à titulação e à maior segurança sobre a terra.

O diagnóstico das práticas produtivas revela um assentamento com forte inclinação à sustentabilidade e ao manejo de baixo impacto, embora ainda enfrente desafios operacionais ligados ao controle de vegetação e pragas.

Este posicionamento pode ser comprovado pela adoção ou não do uso de agrotóxicos e a incorporação de técnicas de manejo sustentável também se apresentam como elementos centrais na análise, indicando diferentes níveis de conscientização e práticas de cuidado com o solo, a água e os ecossistemas locais.

Nesta parte a pesquisa teve como propósito analisar os impactos socioambientais decorrentes da titulação das propriedades no contexto do Programa de Reforma Agrária. A adoção ou não do uso de agrotóxicos e a incorporação de técnicas de manejo sustentável também se apresentam como elementos centrais na



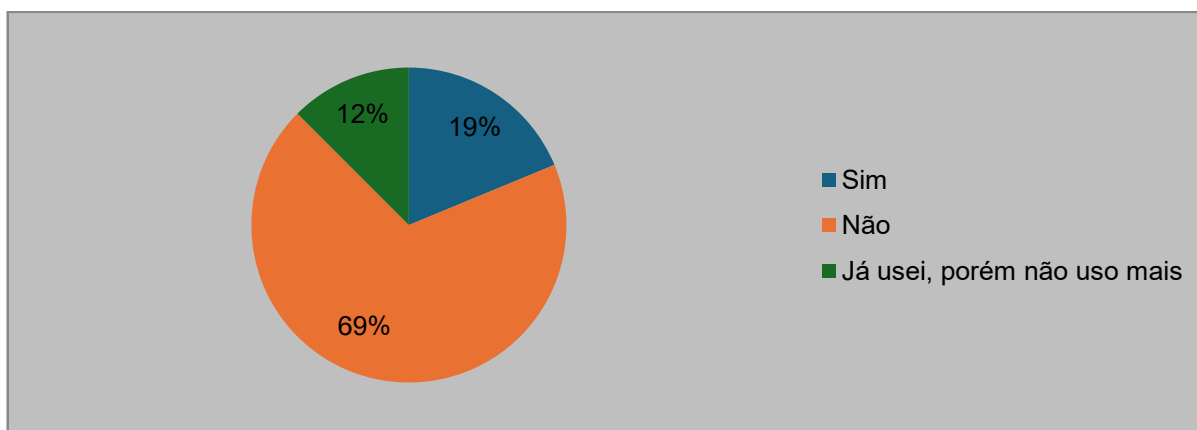
análise, indicando diferentes níveis de conscientização e práticas de cuidado com o solo, a água e os ecossistemas locais.

A análise dos impactos socioambientais no Assentamento Conquista revela um panorama marcado por avanços pontuais e desafios persistentes na consolidação da titulação como instrumento de transformação social e ambiental

Quanto ao uso agrotóxicos (práticas sustentáveis), observa-se que 69% dos produtores afirmaram não utilizar agrotóxicos, o que representa um dado positivo do ponto de vista ambiental e reforça a importância de se fortalecer a produção e a comercialização provenientes dos Projetos de Assentamentos Rurais em MS. Contudo, 19% ainda fazem uso desses produtos, e 12% declararam ter interrompido o uso recentemente, conforme disposto no Gráfico 33 a seguir.

Esse cenário sugere uma transição gradual para práticas agroecológicas, de manejo menos agressiva ao meio ambiente ou ainda que se apóie na utilização de bioinsumos em substituição aos agroquímicos, embora ainda haja necessidade de orientação técnica e incentivos a modelos produtivos mais sustentáveis e resilientes e que promovam um equilíbrio ambiental e agrega valor biológico e segurança dos produtos.

Gráfico 33: Utilização de agrotóxicos e/ou demais produtos químicos



Fonte: Dados da pesquisa (2025).



A transição para modelos produtivos mais resilientes é um dos desdobramentos esperados da regularização fundiária. A segurança da posse atua como um indutor de práticas responsáveis, permitindo que as famílias planejem o uso da terra com foco na conservação de longo prazo.

3.5.2 Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)

O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) demonstra um impacto contemporâneo da titulação, já que o acesso a redes sociais e aplicativos de comunicação tem contribuído para estreitar a relação com os consumidores e expandir as vendas.

A pesquisa revelou um dado expressivo quanto ao uso das chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs): o Gráfico 34 a seguir revela que 69% dos assentados confirmaram que o uso de aplicativos e redes sociais contribuiu para ampliar as vendas e aproximar os consumidores, demonstrando a incorporação gradual de instrumentos digitais como estratégia de inserção econômica e social.

Uma possível explicação para que as TICs não sejam utilizadas por todos os assentados pode ser atribuída à faixa etária destes, cujo predomínio reside em faixas mais avançadas, ou seja, 64% dos agricultores assentados tem acima de 46 anos de idade, o que pode revelar pouca familiaridade e domínio para com estas tecnologias.

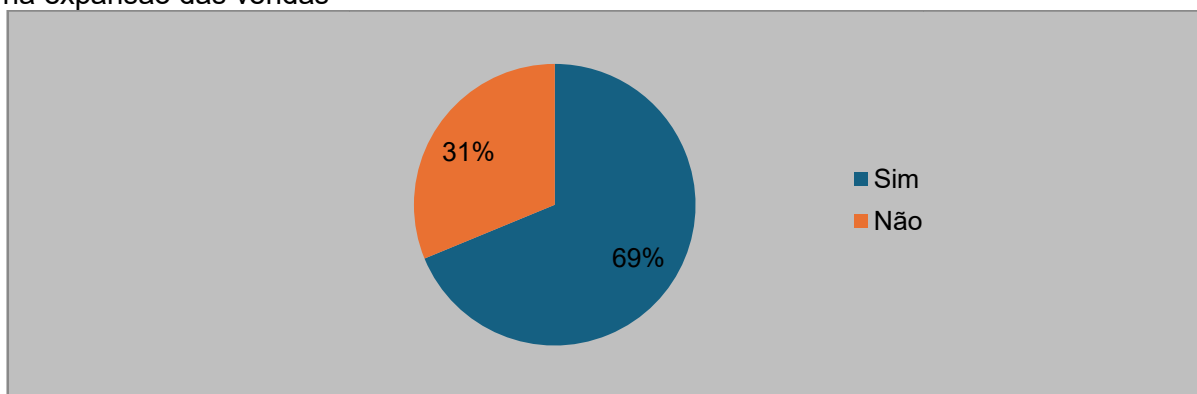
A transformação digital no campo é um dos reflexos mais evidentes da modernização dos assentamentos pós-titulação. O acesso às TICs — como redes sociais, aplicativos de mensagens e plataformas de venda — redefine a logística de comercialização e o relacionamento com o mercado. Para o pequeno produtor, as TICs funcionam não apenas a modernização dos canais de comercialização, mas também uma adaptação dos assentados às novas formas de interação econômica e social.

Diversos outros estudos recentes apontam para a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar por meio dos mercados digitais. Para Cunha e Schneider (2021), a expansão do comércio eletrônico e as tecnologias



digitais emergem como fatores potenciais para promoverem uma maior inserção de alimentos e produtos provenientes dos agricultores familiares nos mercados. A comercialização por meio de plataformas digitais oportuniza o estabelecimento de uma conexão direta junto aos consumidores, restringindo a dependência de intermediários e alavancando a sustentabilidade econômica das famílias (Maciel; Troian; Oliveira, 2023).

Gráfico 34: Percepção sobre o impacto das TICs na aproximação com os consumidores e na expansão das vendas



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Essa tendência aponta para a crescente importância da inclusão digital no meio rural, especialmente como estratégia de comercialização e valorização da produção familiar. A adoção das TICs também está associada à autonomia dos produtores e à capacidade de inovar nas formas de relacionamento com o mercado. Este cenário abre caminho para futuras capacitações em "Marketing Digital Rural" e "Gestão de *E-commerce*", potencializando ainda mais a autonomia financeira conquistada com a titulação da terra.

E é justamente a partir desta "arquitetura" que se entende como essencial fomentar novas discussões, criar agendas de pesquisas e trabalho, estimular o fortalecimento das políticas públicas de regularização fundiária que são ferramentas fundamentais para promover a segurança jurídica dos assentados, ampliar o acesso aos serviços de transmissão de dados digitais e a inclusão produtiva e ainda o



desenvolvimento econômico e social dos assentamentos rurais no Mato Grosso do Sul.

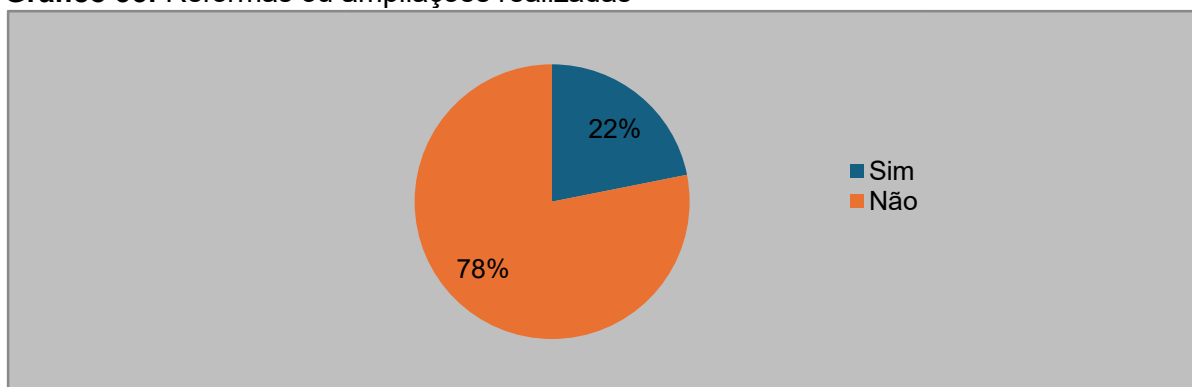
3.6. Qualidade de vida: habitat, Saneamento e padrão de consumo

Neste eixo a pesquisa avaliou as condições de moradia das famílias assentadas considerando aspectos como o reformas e ampliações, tipo de habitação, acesso a higiene pessoal (aspectos sanitários) e a disponibilidade de água. A composição das residências, seja de alvenaria, madeira ou mista revela o nível de infraestrutura alcançado nos assentamentos. Da mesma forma, a existência de banheiro adequado, interno ou externo e o acesso à água potável, seja por rede encanada, poços ou outras fontes, são fatores que impactam diretamente na saúde, na dignidade humana e na qualidade de vida.

Esses elementos se mostram fundamentais frente à instauração da política pública da Reforma Agrária, pois vão além do simples acesso à terra, garantindo condições mínimas de qualidade de vida para que as famílias possam viver, produzir para o autoconsumo e para comercialização com dignidade, respeito e sustentabilidade.

A análise dos dados sobre benfeitorias ou ampliações realizadas após a titulação da terra mostra que apenas 22% das famílias realizaram algum tipo de melhoria em suas residências, enquanto 78% das famílias não realizaram alterações, conforme Gráfico 35 a seguir.

Gráfico 35: Reformas ou ampliações realizadas



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

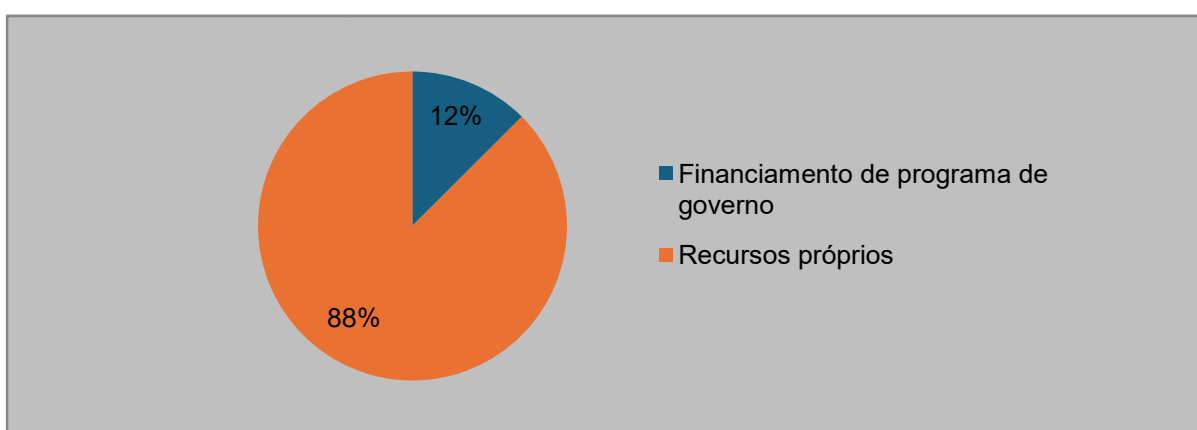


O baixo percentual de novas obras residenciais reflete um cenário onde o investimento em moradia parece ter atingido um platô de estabilidade. A atual taxa de 22% indica uma transição da fase de construção pesada para uma fase de manutenção patrimonial, possivelmente limitada pela baixa contratação de crédito de investimento observada no assentamento.

Acerca da infraestrutura dos lotes no Assentamento Conquista, observa-se que as condições de moradia são universais, com a totalidade das famílias possuindo ao menos uma casa, todas construídas em alvenaria. Adicionalmente, 18% da amostra possuem uma segunda residência no lote, indicando a presença de famílias ampliadas ou aumento do patrimônio.

Entre as famílias que efetivamente realizaram reformas, a maioria (88%) utilizou recursos próprios, enquanto apenas 12% recorreram a financiamento de programas governamentais, conforme demonstrado no Gráfico 36 a seguir. Embora a titulação confira segurança para investir, a falta de linhas de crédito habitacional acessíveis ou o medo do endividamento faz com que as melhorias ocorram de forma gradual e limitada à liquidez imediata das famílias. Esse cenário aponta para uma lacuna nas políticas de fomento habitacional que poderiam acelerar a qualificação das moradias no assentamento.

Gráfico 36: Fontes dos recursos para reforma



Fonte: dados da pesquisa (2025).

A capacidade de investimento em infraestrutura residencial está intrinsecamente ligada à origem do capital utilizado pelas famílias. Em



assentamentos de reforma agrária, a dependência de recursos próprios ou o acesso a subsídios governamentais define a velocidade e a escala da consolidação patrimonial.

Esses resultados indicam que, embora a titulação da terra ofereça segurança e incentive investimentos, a realização de reformas ainda é limitada, sendo majoritariamente custeada por recursos próprios de cada assentado. Essa dependência de recursos individuais reflete a dificuldade de acesso a crédito e a escassez de alternativas financeiras acessíveis às famílias assentadas e com isso dificultando o acesso a outros mercados alimentares, impactando em uma restrição na capacidade de melhoria das moradias e das condições de vida no assentamento.

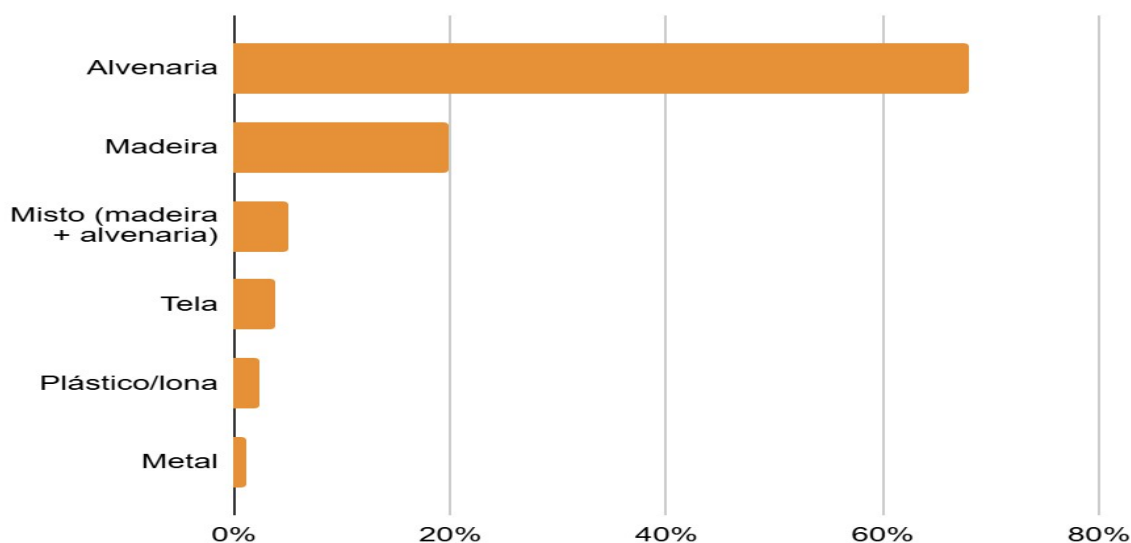
Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de ampliação das políticas públicas habitacionais específicas para o campo, voltadas à ampliação do financiamento e do apoio técnico para construção e reforma de residências rurais, garantindo que a titulação da terra se traduza, de fato, em melhores condições de moradia, bem-estar e desenvolvimento econômico e social para as famílias beneficiárias.

Os tipos de moradias referem-se aos materiais predominantes utilizados na construção das residências das famílias assentadas, sendo um indicativo do nível de infraestrutura habitacional alcançado no assentamento.

Esse fator é relevante porque a qualidade da casa representa não apenas segurança física para a família, mas também a efetivação do direito à moradia digna e a materialização da segurança proporcionada pela titulação da terra, que incentiva o investimento em moradias permanentes.



Gráfico 37: Materiais predominantes nas construções



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os dados apresentados no Gráfico 37 disposto acima indicam que a maioria das residências (68%) é construída em alvenaria, seguida por 20% em madeira, 5% mistas (madeira + alvenaria), 4% em tela, 2% em plástico/lona e 1% em metal. O predomínio da alvenaria evidencia um padrão de moradia mais consolidado e durável, refletindo o investimento das famílias em habitações permanentes. Essa realidade pode ser interpretada como consequência da segurança proporcionada pela Reforma Agrária, que, por meio de instrumentos de financiamento habitacional do Estado, estimula a melhoria da infraestrutura residencial.

Destaca-se, nesse contexto, a modalidade Habitacional do programa Crédito Instalação do INCRA, que permite às famílias beneficiárias utilizarem recursos para aquisição de materiais de construção, contratação de projetos arquitetônicos e de engenharia, além de mão de obra e serviços técnicos necessários para a construção ou aprimoramento de suas moradias.⁴

⁴BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Crédito Instalação**. Brasília, 28 jan. 2020. Atualizado em 21 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/credito>. Acesso em: 23 set. 2025.



Este cenário contribui para a elevação da autoestima dos beneficiários e para a estabilidade social da comunidade, diferenciando o assentamento de situações de precariedade habitacional temporária.

3.6.1 Saneamento e Condições Sanitária

O abastecimento de água constitui um aspecto essencial, pois o acesso contínuo e seguro à água potável são indispensáveis tanto para o consumo humano quanto para as atividades produtivas. No contexto da Reforma Agrária, assegurar disponibilidade de água de qualidade é uma condição crucial para a permanência das famílias no assentamento e para a sustentabilidade das atividades desenvolvidas no campo.

Os dados demonstram um cenário de pleno atendimento no que tange à infraestrutura de distribuição interna de água no assentamento. Observa-se a universalização do acesso, com 100% das famílias dispondo de canalização de água em ao menos um cômodo da residência. Este índice é um indicador de desenvolvimento humano significativo, eliminando a precariedade do transporte manual de água para uso doméstico. Todas as famílias assentadas têm acesso direto à água potável em suas residências, um fator essencial para a qualidade de vida, higiene e viabilidade das atividades produtivas, reforçando a importância da infraestrutura hídrica no contexto da Reforma Agrária.

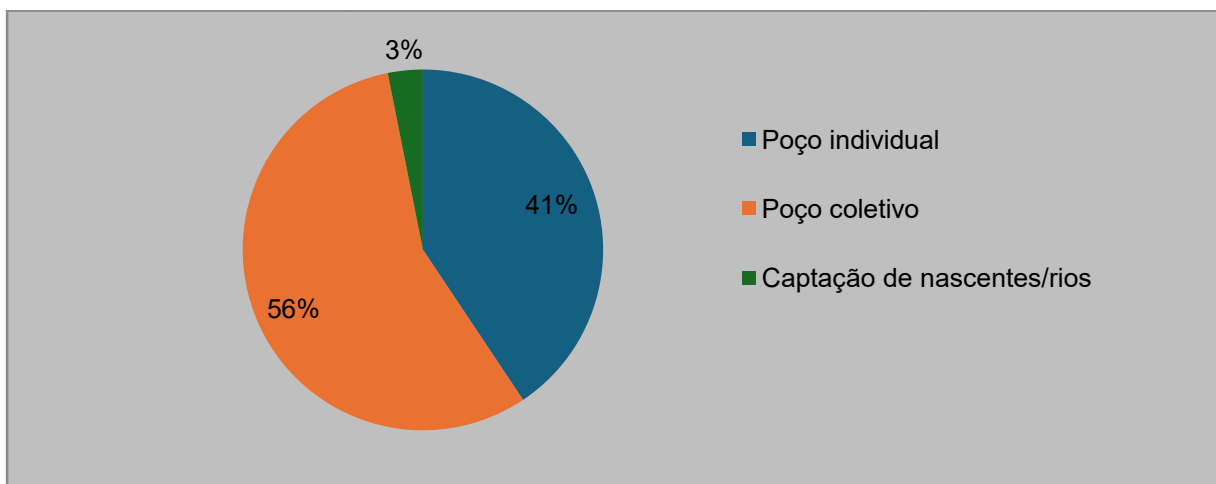
De acordo com o Gráfico 38 a seguir, os dados sobre a origem da água indicam que a maior parte das famílias assentadas depende de poços coletivos (56,25%), seguida pelos poços individuais (41%), enquanto apenas uma pequena parcela (3%) utiliza água proveniente de nascentes ou rios. Tal informação corrobora a atual dos principais líderes mundiais, preocupação frente às mudanças no clima e adaptações climáticas.

A origem da água consumida é predominantemente subterrânea, garantindo, em tese, maior proteção contra contaminantes superficiais. O Poço Coletivo é A principal fonte de abastecimento, evidenciando a importância de sistemas



comunitários de gestão de água e o papel de infraestruturas coletivas no assentamento.

Gráfico 38: Abastecimento/origem majoritária de água



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No que se refere à canalização da água, os assentados informaram majoritariamente (100%) que em pelo menos um cômodo da casa há água encanada. Ou seja, a água encanada está presente em todas as casas dos assentados.

As condições de saneamento são fundamentais para garantir aspectos sanitários, saúde e dignidade das famílias assentadas, já que o acesso aos banheiros adequados e instalações sanitárias apropriadas impacta diretamente na qualidade de vida. A análise dos dados revelou que 100% das residências possuem banheiro completo, com local apropriado para banho, vaso sanitário e pia.

O acesso a banheiro e saneamento básico no meio rural constitui um fator essencial para a promoção da saúde, da dignidade e da qualidade de vida das famílias assentadas. A existência de instalações sanitárias adequadas previne a contaminação do solo e da água, reduzindo a incidência de doenças como diarreia, hepatite e verminoses, comuns em locais onde não há tratamento adequado de resíduos e, sobretudo, corrobora a fixação da família no campo.

Além de representar um avanço em termos de higiene e conforto, o banheiro domiciliar garante privacidade e segurança, especialmente para mulheres, crianças

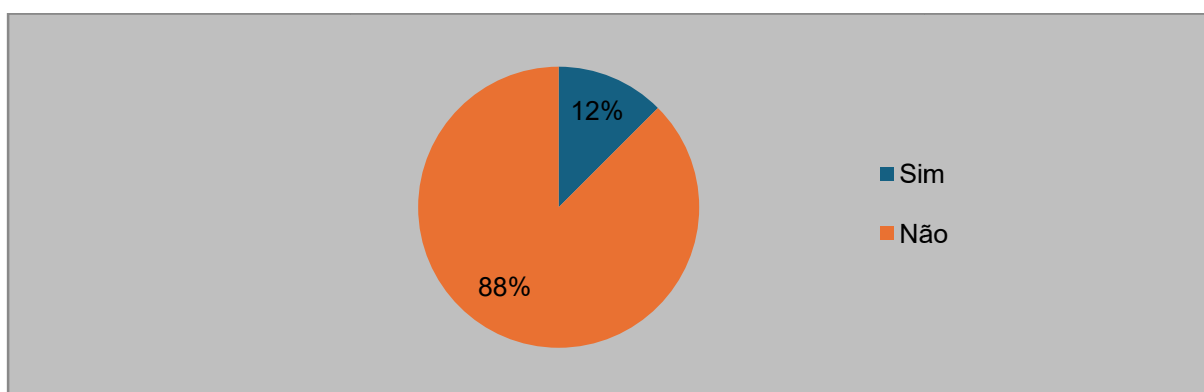


e idosos, evitando a exposição a riscos físicos e ambientais. Sob a perspectiva ambiental, o saneamento contribui para a preservação dos recursos hídricos, impedindo o lançamento de efluentes diretamente no meio natural. Assim, o acesso a banheiros e à infraestrutura sanitária adequada torna-se um importante indicador de desenvolvimento e inclusão social no campo, refletindo a efetividade das políticas públicas de reforma agrária e de promoção da cidadania rural.

Corroborando estas informações, o Gráfico 39 a seguir, aponta que apenas 12% dos assentados relataram que houve alguma mudança na captação após a titulação, indicando que, para a maioria (88%), a estrutura de abastecimento já estava estabelecida. Os dados também refletem que a estrutura de captação de água no assentamento apresenta um caráter de estabilidade, com poucas alterações registradas após a emissão dos títulos de propriedade.

Isto significa que a maioria dos assentados (87,5%) não realizou mudanças na forma de captação de água após a titulação. Este dado sugere que o modelo de abastecimento — majoritariamente baseado em poços coletivos e individuais — já se encontrava consolidado e atendia satisfatoriamente às demandas domésticas antes da regularização formal. A baixa taxa de modificação hídrica pós-titulação reforça a percepção de que a infraestrutura de água é um dos elementos de instalação primária mais resilientes do assentamento.

Gráfico 39: Mudança na captação de água



Fonte: Dados da pesquisa (2025).



A baixa taxa de modificação hídrica pós-titulação reforça a percepção de que a infraestrutura de água é um dos elementos de instalação primária mais resilientes do assentamento.

3.6.2 Padrões de consumo: bens, serviços e alimentos

Neste item, a pesquisa buscou analisar a aquisição de bens e serviços pelas famílias assentadas após a titulação da terra, considerada um indicador relevante de melhoria na qualidade de vida. O acesso a eletrodomésticos, veículos, equipamentos agrícolas e até aos serviços privados de saúde e educação reflete o fortalecimento da segurança econômica e social dos beneficiários.

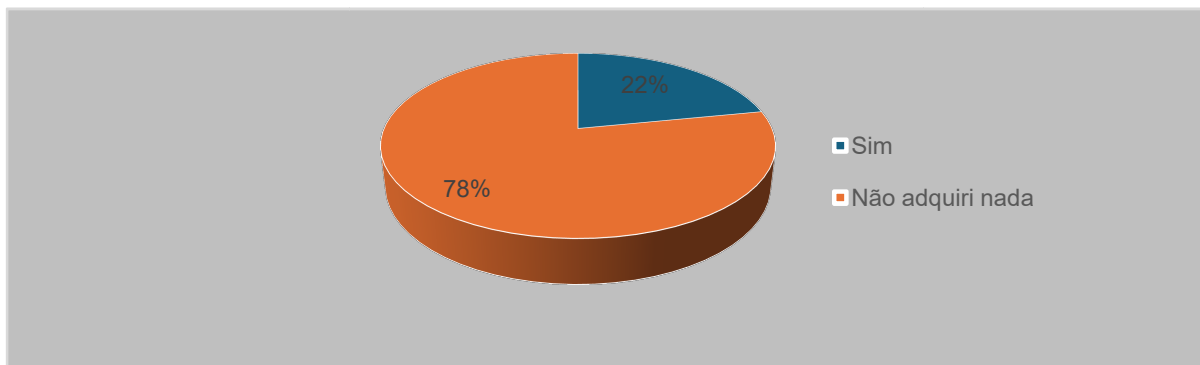
A titulação dos lotes vai além da consolidação da posse da terra, ampliando a capacidade de consumo e de investimento das famílias, promovendo inclusão e estabilidade. Assim, a aquisição de bens e serviços configura-se como um resultado concreto do Programa Federal de Reforma Agrária via titulação, evidenciando avanços na transformação das condições de vida no meio rural.

Contudo, a realidade no Assentamento Conquista apresenta dados distintos do contexto citado acima, o elevado percentual de famílias que não adquiriram novos bens ou serviços após a titulação pode ser explicado por diferentes fatores. Por um lado, pode refletir a limitação do aumento da renda, indicando que, embora a titulação seja relevante, esta política isolada não gerou recursos suficientes para possibilitar novos investimentos ou consumo. Os indicadores de consumo e investimento em bens móveis revelam um cenário de baixa liquidez ou priorização de outros gastos (como as melhorias habitacionais já analisadas) no período subsequente à entrega dos títulos.

Por outro lado, a ausência de aquisição, conforme apontada no Gráfico 40 a seguir também pode estar relacionada à percepção de desnecessidade, seja porque as famílias já possuíam os bens essenciais antes da titulação, seja porque priorizam outras aplicações de seus recursos, como a manutenção da produção agrícola ou o atendimento de necessidades imediatas não relacionadas à aquisição de bens duráveis.



Gráfico 40: Aquisição de bens e serviços

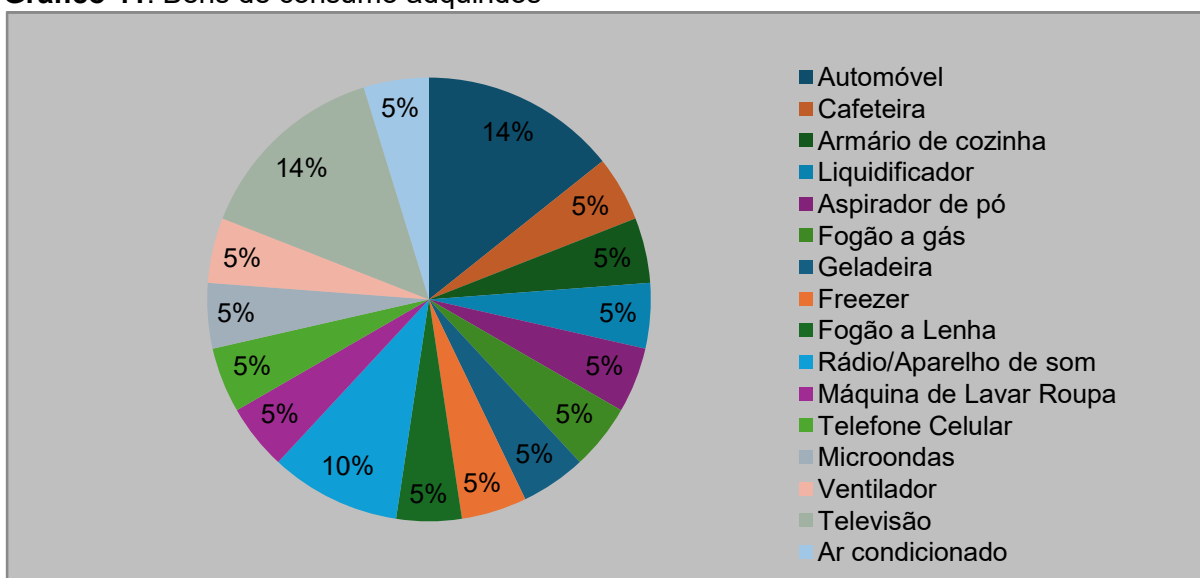


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Dessa forma, os dados sugerem que, apesar da titulação representar um marco jurídico e social significativo, seus efeitos sobre a qualidade de vida das famílias podem ser potencializados quando articulados e conjugados com políticas complementares voltadas ao fortalecimento da renda e ao acesso ao consumo.

A diversificação dos bens adquiridos após a titulação fornece um panorama sobre as prioridades de consumo e o nível de modernização do cotidiano doméstico no assentamento. Mais do que meros itens de consumo, a entrada desses ativos nas residências sinaliza uma busca por conforto, eficiência nas tarefas domésticas e conectividade, conforme apontado no Gráfico 41 a seguir.

Gráfico 41: Bens de consumo adquiridos



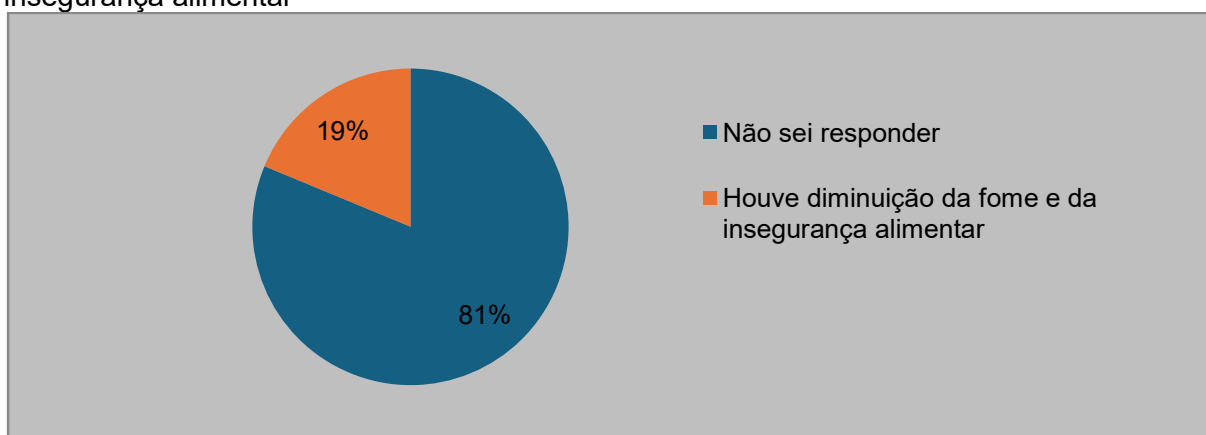
Fonte: Dados da pesquisa (2025).



Questões relacionadas à reprodução social, geração de renda, combate à fome e a insegurança alimentar fazem parte das grandes preocupações tanto dos governos quanto dos assentados. Apesar dos assentamentos rurais serem ocupados por agricultores familiares com forte vocação ao trabalho agrícola, as condições adversas muitas vezes impõe fortes desafios quanto à produção, repercutindo na renda e no agravamento da pobreza, que vem acompanhada da fome e da insegurança alimentar.

Contudo, de forma interessante, quando os assentados foram questionados sobre esta relação, a maioria não soube responder (Gráfico 42). É possível que a percepção da fome e da insegurança alimentar seja mitigada dada a prática da agricultura de subsistência e também pelo espírito de solidariedade entre os assentados, permitindo que se estabeleçam minimamente trocas de alimentos, prática esta comum entre todos os assentados.

Gráfico 42: Percepção sobre o impacto da regularização fundiária e da renda na insegurança alimentar



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os dados revelam que a garantia da segurança alimentar e nutricional não pode ser compreendida como uma variável dependente apenas da renda, mas como um elemento fortemente ancorado na autonomia, independência produtiva e nas redes cooperação e de apoio mútuo.

Chama a atenção o elevado índice de repostas inconclusivas, que reforça a necessidade para a realização de novos estudos e levantamentos que considerem



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



as várias faces da fome no campo. Logo, entende-se que a titulação dos lotes necessita ser compreendida não apenas como um ato administrativo, mas como uma ferramenta estratégica que, ao fortalecer a agricultura familiar e a dinamização das economias locais, consolida o direito fundamental à alimentação e direciona ações e políticas mais eficazes para os assentados.

Pro fim, espera-se que a investigação deflagre a abertura de novos diálogos e reflexões, uma vez que traz à tona uma temática relevante tanto para os governos quanto para os assentados. Faz-se oportuno ratificar que os assentamentos rurais são fortemente responsáveis por alavancar e dinamizar as pequenas economias locais do Estado de Mato Grosso do Sul.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa evidenciam que o processo de titulação representou um marco importante na trajetória das famílias assentadas ao proporcionar maior segurança jurídica e estabilidade quanto à posse da terra. O relatório revelou um amadurecimento da responsabilidade socioeconômica e ambiental, refletido na preocupação com o uso consciente dos recursos naturais, na adoção de práticas mais sustentáveis e na resiliência dos assentados.

A titulação contribuiu para o fortalecimento da confiança dos agricultores familiares em relação à sua permanência na terra, estimulou, mesmo que de forma discreta, tanto pequenos investimentos em infraestrutura, aquisição de bens duráveis, quanto a ampliação da área produtiva. Neste sentido, houve avanços importantes na diversificação da produção, no acesso a canais de comercialização e na adoção de práticas sustentáveis, especialmente entre os assentados que receberam assistência técnica e participam de redes de cooperação.

Contudo, a pesquisa também revelou que o processo de regularização fundiária e titulação, embora se faça urgente e necessário, não é suficientemente robusto para promover a plena consolidação socioeconômica das famílias. Persistem desafios significativos relacionados ao acesso ao crédito rural — limitado principalmente por entraves burocráticos vinculados às dificuldades de compreensão do processo e falta de orientação técnica — e à baixa cobertura de assistência técnica e extensão rural, que ainda não alcança a maioria das famílias assentadas.

Logo, a deflagração do processo de regularização fundiária emerge como um elemento que garante a permanência nas terras pelos assentados e consequentemente favorece novos investimentos em infraestrutura e aquisição de bens e equipamentos e ainda estimula a permanência e o cultivo de culturas respeitando a sazonalidade e a soberania alimentar.

Todavia, este processo precisa ocorrer de forma contínua, a morosidade na legalização de todo processo muitas vezes implica na pobreza, na fome e no isolamento, levando os assentados a migrarem para outros destinos, abandonarem sua vocação para a terra e até mesmo partirem para a ilegalidade, quando,



oportunamente, comercializam seus lotes ou trocam por outras moradias para combater a vulnerabilidade a qual estão inseridos.

Muito além desta constatação, o abastecimento e a comercialização da produção ainda dependem majoritariamente de canais informais e de alcance local, havendo necessidade de ampliar os canais de comercialização acessados. Quanto maior for o número de canais de comercialização acessado, maior será a renda e a autonomia dos assentados. Oportunizar aos assentados a participação nos mercados institucionais, vinculados aos Programas de âmbito Federal como o PNA e o PAA, repercute no comércio justo, na inclusão socioprodutiva, na renda aos agricultores e segurança alimentar e nutricional a todos: agricultores e público atingido, como os estudantes das escolas públicas.

Ressalta-se que os Programas de abastecimento alimentar são instrumentos potenciais de combate à fome, desnutrição e até mesmo de combate à obesidade, e consequentemente de doenças decorrentes desta condição, uma vez que o fornecimento de alimentos saudáveis, seguros e nutritivos tem potencial para substituir alimentos ultraprocessados que chegam, por exemplo, nas escolas e demais instituições, estas que se utilizam das chamadas públicas para a aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Não se pode deixar de evidenciar a importância do papel e da participação das mulheres, estas que são as responsáveis por diversas atividades, desde tarefas de ordem doméstica, passando pelo preparo das refeições, sempre priorizando os alimentos ali produzidos até envolvidas diretamente na produção, nas negociações e comercialização dos alimentos.

As mulheres também são responsáveis pela permanência nas moradias rurais, logo, manter e ampliar políticas de estado que visem à valorização do trabalho feminino é fundamental para alavancar a produção e a comercialização nos assentamentos, bem como garantir a manutenção das famílias no campo.

Diante desse contexto que abarca um *continuum* urbano-rural, o avanço na regularização fundiária deve ser articulado a partir de políticas públicas complementares, robustas e integradas, que assegurem o fortalecimento da produção e a prevalência de técnicas voltadas para a sustentabilidade no campo.



Entre as ações prioritárias, destacam-se: a ampliação e continuidade da assistência técnica e extensão rural; o incentivo ao crédito orientado; a criação de estratégias de comercialização e valorização da produção local; uma nova política de articulação junto a CONAB que vise à aquisição dos alimentos produzidos pelos agricultores de pequeno porte, o fomento à capacitação em práticas agroecológicas com vistas à transição para sistemas alimentares sustentáveis, programas e capacitações para mulheres e para jovens, de forma que seja estimulado a permanência e a sucessão familiar rural.

O Programa de Reforma Agrária se destaca como uma das políticas públicas mais antigas e eficientes do Brasil, reconhecido por seu potencial de transformação socioeconômica e por assegurar direitos fundamentais. Contudo, apesar do seu reconhecimento como motor para impulsionar o desenvolvimento rural, os desafios ainda são expressivos. A lacuna da regularização fundiária mostra-se como um dos principais entraves.

Em face desse desafio e de outros, apresentou-se um conjunto de dados que subsidiam o estabelecimento de novas políticas com maior aderência às dimensões econômica, social e ambiental para a consolidação dos benefícios da titulação dos lotes e a garantia de melhores condições de vida às famílias do Assentamento Conquista do Estado de Mato Grosso do Sul.



Referências Bibliográficas

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Reforma agrária no Brasil: políticas, desafios e perspectivas**. Brasília: INCRA, 2020.

BRITO, A. P.; LEITE, M. L. S.; CHACON, S. S.. Gênero e soberania alimentar: reflexões acerca da atuação da mulher rural na construção da segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Conexão Política**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 77–95, 2024. DOI: 10.26694/2317-3254.rcp.v10i2.5356. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/view/5356>

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S.; DEGGERONE, Z. A. Sociologia dos mercados alimentares: revisão e contribuições teóricas e metodológicas recentes. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v.29, 2024. ISSN 1982-6745.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

CUNHA, J. I. C.; SCHNEIDER, S. TICs, digitalização e comercialização em rede: O caso da rede Xique-Xique/RN. In: Niederle, P., Schneider, S.; CASSOL, A. (Orgs.). **Mercados Alimentares Digitais: Inclusão produtiva, cooperativas e políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS, 2021.

FERNANDES, B. M. **A formação do campesinato no Brasil: lições para a reforma agrária**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FOSSÁ, J. L., VILLWOCK, A. P. S., & MATTE, A. (2026). Análise da distribuição do Pronaf Custeio Agrícola. **Revista De Política Agrícola**, e02062. Recuperado de <https://rpa.sede.embrapa.br/RPA/article/view/2062>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: população e domicílios: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102011>

KREMEN, C.; MERENLENDER, A.M. Landscapes that work for biodiversity and people. **Science**, v. 362.n. 6412.p. eaau 6020, 2018.

MACIEL, M. D. A.; TROIAN, A.; OLIVEIRA, S. V. de. Da mobilização dos mercados digitais ao fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização: a estratégia de reprodução social da agricultura familiar agroecológica em Santana do Livramento-RS (Brasil). **Contextualizaciones Latinoamericanas**. v. 1, n. 30, p.71-81, 2024.



O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA TRANSFORMAÇÃO DA VIDA DAS MULHERES RURAIS. 01/04/2026. **Instituto Fome Zero**. Disponível em:

<https://ifz.org.br/o-papel-das-politicas-publicas-na-transformacao-da-vida-das-mulheres-rurais/>

PITALUGA, C. M.; FIGUEREDO, L. F. N. POLÍTICAS PÚBLICAS AGRÁRIAS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO ACESSO AOS MERCADOS ALIMENTARES NO ASSENTAMENTO ESTRELA, MS, BRASIL. In: **XI Congresso Internacional APDEA 2025** A Agricultura no centro da Sustentabilidade: Ciência versus Demagogia. 22-24 OUTUBRO, NOVA MEDICAL SCHOOL, LISBOA, PORTUGAL. Disponível em:

<https://events.inia.vpt/APDEA2025/media/attachments/2025/10/20/programa-final.pdf>

PITALUGA, C. M.; LE BOURLEGAT, C. A.; Abastecimento Alimentar pela agricultura familiar aos mercados institucionais em Mato Grosso do Sul. **Revista Retratos de Assentamentos**. Vol. 25 N.1 de 2022 ISSN: 1516-8182. DOI 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2022.v25il.494

PITALUGA, C. M.; KUFF, R. F.; NASCIMENTO, R. S. do. ABASTECIMENTO E MERCADOS ALIMENTARES: ACESSO, DINÂMICAS E CONSTRUÇÃO DE NOVOS MERCADOS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES DOS ASSENTAMENTOS DE BONITO, MS, BRASIL... In: Anais do 63º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). **Anais...** Passo Fundo(RS) UPF, 2025. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sober2025/1103043-ABASTECIMENTO-E-MERCADOS-ALIMENTARES--ACESSO-DINAMICAS-E-CONSTRUCAO-DE-NOVOS-MERCADOS-PELOS-AGRICULTORES-FAMILI>.

SABOURIN, E., SCHNEIDER, S., LOZANO, Y. A. G., GOULET, F., GRISA, C., VISCAY, L., & Sourisseau, J.-M. (2025, June 23). **A importância estratégica da Agricultura Familiar para alimentar o mundo e preservar o planeta**. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-importancia-estrategica-da-agricultura-familiar-para-alimentar-o-mundo-e-preservar-o-planeta/>

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 93–140. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/309202008>

SAUNDERS M.; LEWIS P.; THORNHILL A. **Métodos de pesquisa para estudantes de administração**. Oitava edição. Londres: Pearson. 2019.

USHIZIMA, L. Y. Circuitos locais de produção e consumo de alimentos: um olhar sobre o trade turístico de Bonito, MS. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 18, n. 1, 22 jun. 2018.